

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

WESLHYA PATRICIA COSTA AGUIAR

**EVASÃO ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA: um estudo de caso no
C. E. Paulo Freire**

São Luís
2017

WESLHYA PATRICIA COSTA AGUIAR

**EVASÃO ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA: um estudo de caso no
C. E. Paulo Freire**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da
Universidade Estadual do Maranhão para a obtenção do
Grau de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Me. José Antonio Ribeiro Carvalho

São Luís
2017

Aguiar, Weslhya Patricia Costa.

Evasão escolar sob a perspectiva sociológica: um estudo de caso no C. E. Paulo Freire/ Weslhya Patricia Costa Aguiar. – São Luís, 2017.

75 f.

Monografia (Graduação) – Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Prof. Me. José Antônio Ribeiro Carvalho.

1. Capital cultural. 2. Evasão escolar. 3. Reprodução. I. Título.

CDU 37.091.212.8(812.1)

WESLHYA PATRICIA COSTA AGUIAR

**EVASÃO ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA: um estudo de caso no
C. E. Paulo Freire**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais
da Universidade Estadual do Maranhão para a obtenção
do Grau de Licenciada em Ciências Sociais.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. José Antônio Ribeiro Carvalho (Orientador)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof^ª. Dra.. Marivania Leonor Sousa Furtado (Examinadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Me. Leandro Augusto dos Remédios Costa (Examinador)
Universidade Estadual do Maranhão

Ao meu pai, José Ribamar Aguiar e minha mãe,
Rosangela Costa.

AGRADECIMENTOS

Em todas as etapas de nossas vidas precisaremos da ajuda de pessoas que sejam próximas ou não de nós, ou para aprendermos com elas, ou para aprendermos a não sermos como elas. De qualquer forma, tudo é válido. Basta termos uma mente grata.

Agradeço a Deus que me deu força e coragem para continuar no objetivo da minha realização pessoal e profissional, pois de fato sou muito feliz com a Ciência que eu escolhi para estudar. A cada conhecimento construído e outro desconstruído tenho a certeza que estou no caminho certo.

À minha mãe e ao meu pai que me ensinaram o caminho que deveria trilhar. Sou grata pelos esforços que fizeram pra que eu pudesse me dedicar aos estudos.

Aos meus irmãos pela motivação. A Joel Duarte pela atenção e valorização, por me proporcionar condições de concluir este trabalho.

Agradeço aos laços de amizades construídos na graduação, em especial as contribuições de Débora Rodrigues. Às amigas Luciana Freitas e Karine Ribeiro por ouvirem minhas angústias e compartilharmos experiências. Sou grata pela compreensão das colegas de bolsa Suzenny Dutra, Juliana Lima, Hozana Amorin e a supervisora Andrea Garcia. A bibliotecária, amiga, Caroline Araújo, pela paciência contribuição na parte final da pesquisa.

Ao meu querido amigo Artur Coimbra que, ironicamente precisei do seu Capital Cultural para finalizar a pesquisa. Obrigada pelo companheirismo, incentivo, paciência que tens comigo e principalmente pelos momentos de aprendizagem.

Ao orientador professor Me. José Antônio que durante o estágio de licenciatura deu importância às minhas inquietudes sobre o problema da evasão, resultando nesse trabalho. Agradeço ao professor Me. Leandro Costa pela direção teórica que a pesquisa tomou. Ao professor Me. Domingos Cantanhede, agradeço pelas experiências de aprendizagem durante o curso e também no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID. E a todos/as docentes do Curso de Ciências Sociais da UEMA.

À professora Dra. Marivania Furtado, que tenho grande admiração, tanto pelo seu profissionalismo quanto pela pessoa que és. Não me esqueço das vezes que eu achava minhas produções acadêmicas não tão boas, e ela dava incentivo a minha capacidade de ser melhor, valorizava minhas dúvidas em sala de aula, sempre tendo paciência em ensinar. Obrigada por todo conhecimento que eu levarei para sala de aula como futura professora.

Agradeço a Maria Júlia, professora que esteve comigo no período do estágio. Obrigada pelo valor que deu à minha presença nas aulas e na escola. Agradeço aos/as alunos/as que se disponibilizaram a participar e ajudar no trabalho. Sem a mediação destes a realização da pesquisa não seria possível. A todos que de alguma forma colaboraram.

Tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura.

(Pierre Bourdieu)

RESUMO

Neste trabalho a evasão escolar foi analisada sob uma perspectiva sociológica, com intuito de caracterizar um estudo de caso das condições específicas da evasão no C.E Paulo Freire. A escola faz parte da rede pública estadual de ensino e está localizada no bairro Turu, em São Luís-MA. A motivação pela temática foi construída a partir do estágio supervisionado de licenciatura da disciplina de Sociologia durante o segundo semestre letivo de 2016, onde foi observado um alto índice de aluno/as com faltas e desmotivados/as com os estudos. Com base na Teoria da Reprodução, dos autores Pierre Bourdieu (1930-2002) e Jean Claude Passeron (1930), o trabalho considerou como a reprodução da cultura das classes dominantes no processo de escolarização, influencia diretamente na evasão escolar, pois, o capital cultural das classes populares é baixo em relação ao que a cultura escolar legítima. Este fato contribuiu para possíveis fracassos na escola. Por meio da revisão bibliográfica sobre o objeto de estudo, e aplicação de questionários, conclui-se que a evasão na escola está relacionada ao baixo capital econômico dos/as discentes, que desistem dos estudos para trabalhar e não conseguem conciliar às duas atividades. A reflexão sociológica visa desconstruir estigmas como “não querem nada com a vida”, “não gostam de estudar” e conceitos do senso comum a respeito da evasão e fracasso escolar.

Palavras-chave: Capital Cultural. Evasão Escolar. Reprodução.

ABSTRACT

In this study, school evasion was analyzed from a sociological perspective, aiming to characterize a case study of the specific conditions of evasion in C. Freire. The school is part of the state public education network and is located in the Turu neighborhood, in São Luís-MA. The motivation for the subject was built from the supervised undergraduate stage of the Sociology course during the second semester of 2016, where a high rate of students with absences and lack of motivation with the studies was observed. Based on the Theory of Reproduction, authors Pierre Bourdieu (1930-2002) and Jean Claude Passeron (1930), the work considered how the reproduction of the culture of the dominant classes in the process of schooling, directly influences school dropout, because, capital cultural development of the popular classes is low in relation to what the school culture legitimizes. This fact contributed to possible failures in school. Through the bibliographic review of the object of study and the application of questionnaires, it is concluded that school dropout is related to students' low economic capital, who drop out of studies to work and can not reconcile to both activities. Sociological reflection aims to deconstruct stigmas such as "do not want anything with life," "do not like to study" and concepts of common sense about school dropout and failure.

Keywords: Cultural Capital. School Evasion. Reproduction.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Grupo de alunos	47
Quadro 2 –	Nascidos/as na zona rural e residem em bairros com população baixa renda e renda média a alta	59
Quadro 3 –	Alunos/as nascidos na zona urbana de São Luís	61
Quadro 4 –	Alunos/as nascidos em outros estados	61
Quadro 5 -	Escolarização de pais e mães de alunos/as da zona rural	62
Quadro 6 -	Profissão de pais e mães de alunos/as da zona rural	62
Quadro 7 -	Escolarização de pais e mães de alunos/as da zona urbana	63
Quadro 8 –	Alunos/a evadidos que foram aplicados questionário	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Fatores da desmotivação escolar das alunas	47
Gráfico 2 –	Fatores da desmotivação escolar dos alunos	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Aula com projetor de mídia	53
Figura 2 –	Roda de conversa	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	EDUCAÇÃO: uma perspectiva teórica	16
2.1	Síntese do contexto histórico da educação	16
2.2	Síntese do contexto histórico da educação no Brasil	21
3	EVASÃO ESCOLAR: uma perspectiva sociológica	29
3.1	Contexto sociológico da educação: a evasão escolar sob o enfoque da Teoria da Reprodução	29
3.2	A relação entre Capital Cultural e a Evasão Escolar	34
3.3	Os aspectos característicos da evasão escolar	39
4	EVASÃO ESCOLAR NO CENTRO DE ENSINO PAULO FREIRE	45
4.1	A desmotivação como conjunto de fatores que antecede a evasão escolar	45
4.2	Metodologia de ensino e a desmotivação	52
5	CARACTERIZANDO A EVASÃO NA ESCOLA	57
5.1	Descrição do quadro de evadidos/as	57
5.2	Fatores específicos da evasão na escola	64
6	CONCLUSÃO	67
	REFERÊNCIAS	69
	APÊNDICES	75

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar é fenômeno presente na educação pública brasileira que afeta diretamente estudantes das classes populares, segundo os dados da Folha de São Paulo (2017) “de todos os 10,3 milhões de jovens brasileiros com idade entre 15 e 17 anos registrados em 2015, cerca de 1,5 milhão não se matricularam na escola no início do ano e outros 1,9 milhão até se inscreveram, mas abandonaram antes do fim do ano ou foram reprovados”. Essas informações alarmantes apontam para a importância dos estudos sobre a evasão, assim como na identificação dos fatores que estão implicados no fracasso escolar.

Ceratti (2008) destaca que “é preciso considerar que a evasão escolar é uma situação problemática, que se produz por uma série de determinantes”. Ou seja, as causas da evasão podem ser individuais ou exteriores aos indivíduos, estando relacionada a conflitos familiares e também a falta de expectativas com a própria instituição de ensino. Analisar o problema numa perspectiva sociológica permite a reflexão sobre estes fatos. Para Dias, Souza e Oliveira (2009) “as baixas condições econômicas geram a necessidade em inserir-se no mercado de trabalho”, é importante frisar, que em alguns casos, os/as adolescentes inserem-se no mercado de trabalho informal. O emprego se torna a causa da evasão de boa parte dos que desistem da escola, a conciliação entre estudos e trabalho se torna desgastante, ocasionando baixo rendimento escolar e desmotivação. Outras razões estão relacionadas, como: gravidez não planejada, metodologia de ensino e estrutura física da escola. Para Ceratti (2008) a desmotivação se dá ao perceber alunos com pouca vontade de estudar, ou com importantes atrasos na sua aprendizagem.

A questão estudada foi construída a partir da observação realizada no período do estágio de Licenciatura da disciplina Sociologia, que ocorreu no turno da noite no segundo semestre do ano letivo de 2016. Neste período pôde-se observar a desmotivação da maioria dos/as estudantes com os estudos, chegando à condição crítica de apenas duas pessoas estarem em sala de aula. O olhar sociológico permite analisar o problema sob o enfoque de que, se a escola é legitimada como instituição social, a ponte, o caminho para a ascensão nas sociedades capitalistas, por que os/as estudantes desistem dos estudos? Por que são os alunos/as das classes populares que mais evadem?

Essas problematizações serão respondidas ao longo do trabalho tendo como base teórica as produções de Bourdieu e Passeron. De acordo com os autores, a escola é campo de reprodução da cultura das classes dominantes, os estudantes advindos dessas classes vêm a cultura escolar como a continuação da cultura que lhe é passada no ambiente familiar, desta

forma estes serão ainda mais privilegiados, enquanto os/as estudantes advindos das classes populares terão que assimilar essa cultura que lhe é imposta, tornando-se mal representados e desvalorizados/as dentro do sistema de ensino. Para os autores este sistema comete um erro ao tratar os desiguais como iguais, “a cegueira às desigualdades sociais condena e autoriza a explicar todas as desigualdades, particularmente em matéria de sucesso escolar, como desigualdades naturais, desigualdades de dons” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 92). Ou seja, a escola legitima as desigualdades sociais, pois o sucesso escolar de estudantes das classes abastadas que são vistos como “dons” naturais, nada mais é do que uma vida de privilégios, que estudantes das classes populares desconhecem.

Assim, discentes das classes populares que desistem da escola, são estigmatizados como os “que não querem estudar”, ou como os que não se esforçaram para conseguir o êxito escolar, ocultando que são as desigualdades sociais, fatores determinantes para o fracasso escolar. A pesquisa tem como objetivo analisar a evasão sob uma perspectiva teórica, pois é necessário desconstruir as explicações do senso comum e construir explicações sociológicas que possam identificar as causas da evasão na escola campo da pesquisa C.E. Paulo Freire, este é outro propósito do trabalho. A escola está localizada no bairro do Turu em São Luís, é da rede estadual de ensino e atende exclusivamente a modalidade de ensino médio.

O método que norteia a pesquisa se deu no primeiro momento na revisão da literatura que abrange o tema, seguida do método sociológico reflexivo de Bourdieu, e de estudo de caso. Para analisar as informações sobre a desmotivação escolar, foram aplicados 71 (setenta e um) questionários com alunos/as frequentes das turmas de 1º, 2º e 3º ano, do turno noturno, os resultados apontaram os fatores da desmotivação com os estudos. Para caracterizar a evasão na escola, foram realizadas as análises dos dados dos dossiês e dos resultados de questionários aplicados com 8 (oito) estudantes infrequentes.

O trabalho divide-se em cinco capítulos, o primeiro traz uma introdução, o segundo capítulo trata dos aspectos históricos e sociológicos da educação, onde é feita uma síntese dos acontecimentos e fatos relevantes na história da educação, desde o período da Idade Média até a ascensão do Capitalismo na década de 30 no Brasil.

O terceiro capítulo aborda a evasão escolar sob uma perspectiva sociológica. É feita a relação entre a evasão e a teoria da reprodução dos autores Pierre Bourdieu (1930-2002) e Jean Claude Passeron (1930) onde os autores são contrários a ideia de que o sistema escolar seja um fator contribuinte para a mobilidade social, mas segundo Bourdieu, o sistema “legitima

as desigualdades sociais, sanciona a herança cultural” (BOURDIEU, 2015, p. 45). O quarto e quinto capítulos tratam da evasão escolar no C.E Paulo Freire, dos resultados da pesquisa que foram obtidos a partir da descrição dos dados colhidos nos dossiês dos/as estudantes evadidos.

2 EDUCAÇÃO: uma perspectiva teórica

Para tratar a evasão escolar como um problema social, neste capítulo, será construída a fundamentação teórica da questão. O capítulo está dividido em duas sessões, o primeiro trata dos aspectos históricos e sociológicos da educação, onde é feita uma síntese dos acontecimentos e fatos relevantes na história da educação, desde o período da Idade Média até a ascensão do Capitalismo, na década de 30 no Brasil, momento pelo qual passou a educação passou a ser associada ao desenvolvimento do país. Este recorte é feito para sintetizar os processos educacionais no país.

2.1 Síntese do contexto histórico da educação

A educação e suas características fundamentais, reformas, desdobramentos e rupturas, que ocorreram ao longo dos séculos, tornaram-se fonte de pesquisas em vários campos das ciências: Sociologia, Pedagogia e Antropologia. No entanto, a educação já existe antes da institucionalização da educação escolar. Segundo Aranha (2006, p. 78) “[...] estamos tão acostumados com a escola que às vezes nos parece estranho o fato de que essa instituição não existiu sempre, em todas as sociedades”. Para tanto, se faz necessário frisar a diferença entre educação e escolarização, ambos são processos fundamentais na formação dos indivíduos, porém, um método se difere do outro, Cortella (2015) esclarece que a escola é o campo formal da educação, mas não se aprende exclusivamente na escola.

Portanto, a aquisição de conhecimentos que contribuirão na formação do indivíduo não ocorre diretamente no campo educacional. Segundo o filósofo, “[...] a educação é a formação de uma pessoa, a escolarização é um pedaço da educação, esta será o que os professores fazem” (CORTELLA, 2015, p. 33). Assim, entende-se que o educar ocorre primeiro na instituição social família, esta que vem a ser o primeiro grupo onde o indivíduo está inserido, e aprende seus valores e ensinamentos dando formação a sua identidade.

A educação está diretamente relacionada ao meio social dos indivíduos, por isso ela não se adquire somente no campo escolar, do contrário, diríamos que não existe educação antes da escola ser institucionalizada como um aparelho do Estado e atendendo aos seus interesses, desprezaríamos também o saber dos povos e comunidades tradicionais. Sabe-se que a educação desses povos não é reconhecida como legítima pela instituição estatal, existe uma visão etnocêntrica ao tratar das relações sociais dessas sociedades. Ou seja, cada sociedade tem a sua

estrutura educacional, Jaeger (1995), ao falar sobre o papel da educação na formação dos valores que regem as normas de uma sociedade ressalta:

A educação participa na vida e no crescimento da sociedade, tanto no seu destino exterior, como na sua estruturação interna e desenvolvimento espiritual; e uma vez que o desenvolvimento social depende da consciência dos valores que gerem a vida humana, a história da educação está essencialmente condicionada pela transformação dos valores válidos para cada sociedade. À estabilidade das normas válidas corresponde a solidez dos fundamentos da educação. (JAEGER; 1995, p. 4)

De acordo com os estudos do autor (1995) a ação educativa corresponde a normas que são ensinadas aos indivíduos, então pode-se dizer que ela contribui para a manutenção da sociedade e transmissão da cultura e valores determinados no tempo e na história, que podem ser transformados na ação humana. Jaeger (1995, p. 3) esclarece que o “Homem e o animal consolidam sua espécie pela procriação natural, porém, só o Homem consegue conservar e propagar a sua forma de existência social por meio da vontade consciente e da razão”. Ou seja, a educação é fundamentada na razão da consciência humana, que muda e se ressignifica com as necessidades coletivas da comunidade e não individuais.

A educação que é imposta sempre vai partir do interesse de uma determinada estrutura, como ocorrera no ensino do Brasil em 1549 no período colonial, onde Jesuítas usavam do processo educativo para catequizar a população indígena, impondo e legitimando uma cultura, uma religião e idioma, desconsiderando a já existente, pode-se dizer, que a educação pode ter o “o tempo todo” na história um caráter de dominação sobre os indivíduos.

Para tratar da educação no seu contexto histórico, faz-se necessário retomar um pouco dos acontecimentos importantes. Ao escrever sobre a História da Educação no mundo e seus aspectos gerais, Maria Lucia Aranha teoriza os processos educativos a partir da educação no período primitivo nas comunidades tidas como “tribais”, onde “[...] as crianças aprendem observando e imitando os gestos dos adultos nas atividades diárias, os adultos demonstram paciência e respeitam os ritmos das crianças, essa relação é a educação difusa” (ARANHA, 2006, p. 34). Diferente de outras culturas que centralizam o papel do educador em uma pessoa, de forma rigorosa, nas sociedades simples as crianças aprendem na prática de suas relações na comunidade com os mais velhos.

Para escrever um pouco da história da educação, toma-se nesse momento a educação na Grécia Antiga, chamada por muitos pesquisadores de berço da civilização, teve como grandes filósofos Sócrates (470 a.C.), Platão (428 a.C.-347 a.C.) Aristóteles (384 a.C.), com esses teóricos surgem as primeiras correntes educacionais que mais tarde influenciaram o processo educacional e métodos de ensino. Segundo Palma Filho (2010) na Grécia duas

cidades-estados tinham disputas antagônicas; Esparta e Atenas. Ambas representavam paradigmas de organizações sociais e concepções diferentes sobre a educação:

Esparta, uma sociedade guerreira, glorificava, sobretudo, os heróis guerreiros. Defendia uma educação totalitária, uma educação militar e cívica repressiva, em que todos os interesses eram sacrificados a razão do Estado. Atenas, uma cidade-estado democrática, nos moldes daquela época, usava o processo educativo como um meio para que o indivíduo alcançasse o conhecimento da verdade, do belo e do bem. (PALMA FILHO; 2010, p. 1)

De acordo com o autor, observa-se que, a educação em Esparta era para atender aos interesses do governo, e era obrigação do estado. As atividades educacionais eram voltadas para a manutenção e ordem da cidade. Ao contrário de Atenas, que segundo o autor a função da educação era oferecer aos cidadãos uma formação integral, tanto física quanto psicológica, envolvendo as crianças com a arte, literatura, filosofia, ou seja, a cultura da época. No entanto, a partir dessas duas concepções de ensino, vemos que, a estrutura política e econômica de cada sociedade sempre vai ter forte influência nos métodos e tendências educacionais. Assim com as mudanças ao longo do tempo, as sociedades tornam-se complexas, e isto reflete na educação como destaca Aranha:

As transformações técnicas e o aparecimento das cidades em decorrência da produção excedente e da comercialização alteraram as relações humanas e o modo de sua sociabilidade, [...], no trabalho apareceram formas de servidão e escravismo, as terras de uso comum passaram a ser administradas pelo Estado, instituição criada para legitimar um novo regime de propriedade, o saber torna-se privilégio da classe dominante. Nesse momento surgiu a necessidade da escola, para que apenas alguns tivessem acesso ao conhecimento. (ARANHA, 2006, p. 36)

Em consonância com os estudos da autora, às transformações econômicas no contexto europeu e expansão do cristianismo são fatores que contribuíram para tornar a educação centralizada, tendo um caráter de dominação, como ocorrera no período da Idade Média que perdurou os sécs. V a XV, onde o ensino estava sob o domínio da Igreja, que usava desse artifício para converter a população à religião cristã e suas doutrinas. Os líderes do clero da igreja eram os únicos que sabiam ler e escrever, este fato torna a educação oferecida conservadora e manipuladora. O processo de ensino nesse momento segundo Schneider “divide-se em duas tendências; a educação Patrística que auxilia a exposição racional da doutrina religiosa, e a Escolástica, dominante nas escolas durante o renascimento, representadas respectivamente por Santo Agostinho e São Tomás de Aquino”. (SCHNEIDER, 2007, p. 1). Ainda hoje a educação tem heranças escolásticas, pois o ensino era passivo, os alunos apenas ouviam o professor que era a figura central do saber, a educação tradicional ainda se baseia nesse modelo educacional que não tem obtidos resultados satisfatórios, pois a metodologia não

traz inovações, as aulas não são atrativas, formando um conjunto de fatores que podem influenciar negativamente na aprendizagem.

A igreja começa a perder seu domínio, na Europa no início no século XV surgia o Renascimento que se estende até XVI, segundo Aranha “neste momento as imposições da tradição religiosa da Idade Média começam a ter seu fim e este é um sinal de que as explicações da igreja começam a ser substituídas pela valorização da autonomia da razão humana” (ARANHA, 2006, pg. 124). A partir desse momento começaram a existir esforços para superar os ideais enraizados no teocentrismo. Alguns fatos importantes marcaram esse período gerando modificações nas tendências educacionais, dentre os quais Palma Filho (2010) destaca a ascensão da burguesia, que se fortalecia por meio das Grandes Navegações na colonização e exploração de outros continentes e também o Humanismo, corrente voltada para a valorização do homem, o autor ressalta:

Há então, um aprofundamento do Humanismo só que com feição laica, destacam-se, nesse quadro, os ensaios de Michel de Montaigne “da educação das crianças” e do “pedantismo”. Todavia, é uma educação que não atinge as grandes massas que permanecem analfabetas e incultas, trata-se de uma educação basicamente voltada para a formação do homem burguês, que atinge principalmente o clero, a nobreza, e a burguesia. Esta que emerge como nova classe social, a partir do Renascimento, disputará com a igreja, a nobreza o poder político que, finalmente, conquistará, no século XVIII, com o advento da Revolução Francesa. (PALMA FILHO; 2010, p. 4)

As ideias renascentistas influenciaram mais tarde a Reforma Protestante liderada por Martinho Lutero (1483-1546), ele foi contra as doutrinas, ensinamentos e poder centralizado que a igreja católica possuía. Devido ao domínio que a igreja exercia sobre a população, milhares de pessoas viviam em extrema pobreza. Arrais aborda que instituição pregava uma visão negativa sobre o acúmulo de riquezas e o trabalho, entretanto isto era pregado só aos fiéis, pois a igreja em si, possuía riquezas e terras, em contrapartida o protestantismo difundiu que o enriquecimento era uma condição e favor divino e o trabalho era visto como algo nobre perante Deus (ARRAIS, s.d, p. 2). Este último fato deu base para os estudos de Max Weber (1864-1920) que escreveu a obra *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (1904-5), o teórico problematiza a importância do protestantismo na ascensão do Capitalismo.

Os monarcas europeus foram a favor também da reforma, uma vez que queriam se livrar dos tributos pagos a Igreja. Nesse período a educação era voltada também para os textos bíblicos, Arrais aponta “[...] a educação torna um importante instrumento para a reforma, uma vez que a grande ênfase desse movimento estava no acesso igualitário e interpretação bíblica” (ARRAIS. s.d, p. 3). Ou seja, o acesso aos textos bíblicos seria para todas as pessoas, porém, existia uma distinção no ensino oferecido. Segundo Palma Filho (2010), a educação pública era

prioritariamente para classes burguesas, e secundariamente as classes populares, entretanto a esta classe o ensino era voltado para as doutrinas cristãs reformadas. Assim pode-se dizer que mesmo com a reforma, a educação não perdeu o caráter elitista.

A Igreja católica relutou aos ideais da Reforma Protestante com a Contrarreforma, que tinha por objetivo punir e condenar os acusados de heresias. Conforme entendido por Casimiro (2007) através da educação se iniciou um processo de catequização de outros povos, originando a Companhia de Jesus¹, fundando colégios jesuítas, onde o ensino ministrado era direcionado à elite. Essa educação era ministrada nos colégios, nos seminários e na Universidade de Coimbra. A autora também enfatiza que o ensino se baseava em gramática, filosofia, humanidades e artes e completava-se com o estudo de cânones e da teologia. Entretanto, o ensino ofertado para as classes populares, além de ser também conservador, se resumia apenas em ensiná-los a aprender ler, escrever e doutriná-los para atender aos interesses tanto da Igreja quanto da Coroa Portuguesa (CASIMIRO, 2007, p. 87). Para concretizar esses objetivos a autora esclarece que fora instaurado uma pedagogia religiosa:

Uma pedagogia que impregnou a sociedade colonial em todos os seus espaços, públicos e privados, doutrinando e castigando — em nome da fé — indistintamente, vigilante, e da qual, todos eram, ao mesmo tempo, mestres e alunos. Seus principais ministros foram o clero e as ordens religiosas. Havia, em tal pedagogia, um objetivo comum, que era veicular a mensagem moral de Jesus Cristo. Para esse fim, tomara já diversas formas no decorrer da história ocidental e, a despeito das variações conjunturais, ainda conservava parte da essência pedagógica extraída dos ensinamentos evangélicos. No mundo colonial, teve de contemplar novas necessidades e adquirir contornos específicos de justificação. Continha, em síntese: Conteúdos Teológico-Morais; e Conteúdos Doutrinário-Catequéticos, que se traduziam em uma pedagogia religiosa e em uma crescente atividade evangelizadora, por todo o mundo ocidental. (CASIMIRO, 2006, p. 5)

Palma Filho (2010) aborda que os jesuítas escreveram o manual de estudos *Ratioatque Institutio Studiorum* para orientar a prática educacional exercida pela Companhia. Segundo o autor essa mesma ordem religiosa atuou no Brasil, chegando em 1549, seguindo ordens da cora portuguesa que aqui desenvolveu seu projeto de colonização e extração das riquezas. Sabe-se que a história nunca apagará os 300 anos de escravidão que perdurou no país, que através da escravização de outros povos trazidos do continente africano, para colônia, e também dos indígenas, foram deixadas marcas que até hoje estão presentes na sociedade, por este fato é importante lembrar, que a educação instaurada pelos jesuítas, tinha um caráter de

¹A Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa da Igreja Católica, fundada na Europa em 1540 por Inácio de Loyola. Era formada por padres designados de jesuítas, que tinham como missão catequizar e evangelizar as pessoas, pregando o nome de Jesus. Os princípios básicos dessa ordem estavam pautados em: 1) a busca da perfeição humana por meio da palavra de Deus e a vontade dos homens; 2) a obediência absoluta e sem limites aos superiores; 3) a disciplina severa e rígida; 4) a hierarquia baseada na estrutura militar; 5) a valorização da aptidão pessoal de seus membros. (SHIGUNOV NETO, A; MACIEL, L.S.B. 2008).

catequização e dominação, para direcionar essas camadas a atenderem os interesses dos colonizadores, nas palavras da autora Casimiro:

Para os índios e mestiços, a educação era ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas. A estes ensinava-se, precariamente, o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã, além de ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem consideradas desonrosas, não podiam ser executadas pelos brancos; os colonizadores desenvolveram, também, pedagogias para trata da educação/evangelização dos escravos. (CASIMIRO, 2007, p. 87).

O ensino oferecido marca uma distinção na população, além do caráter evangelístico, evidenciava a subalternização dos indígenas e escravizados, orientando-os por meio de uma pedagogia criada com essa finalidade. Ou seja, a educação não visava melhorias, mas formas de dominá-los.

2.2 Síntese do contexto histórico da educação no Brasil

É no contexto de interesses, privilégios e exploração de povos que a educação no Brasil se inicia, uma vez que ela foi uma ponte para homogeneizar a população e dar formação à “nação brasileira”. A autora Guibernau aborda que a “nação é a consciência de formar uma comunidade e partilhar uma cultura comum, a ligação de um território claramente marcado, o passado comum, e a vontade de decidir seu destino político” (GUIBERNAU, 1997, p. 59). Para tanto, “formar” a “nação brasileira” implicou na desintegração das comunidades étnicas que já habitavam o território, pois estas já tinham sua estrutura social, sobre este fato, Ribeiro conclui que “as tribos indígenas são subjugadas e desorganizadas através da imposição do convívio pacífico, da restrição do território tribal, da subjugação étnica e dos efeitos dissociativos da população e do debilitamento físico, conseqüente de moléstias” (RIBEIRO, 1996, p. 317). O ensino no sistema colonial legitimava toda imposição e visão etnocêntrica dos colonizadores, Casimiro:

A mentalidade portuguesa arraigada em autoconsciência de povo 'eleito', de 'arautos da fé', reforçada pelas alianças com Roma e pela militância das ordens religiosas, principalmente a jesuítica, impregnou o pensamento dominante e a educação da sociedade colonial. (CASIMIRO, 2006, p. 4)

É importante refletir que estes eventos não aconteciam de maneira pacífica, houve resistência por parte dos povos colonizados, e também uma ressignificação de suas crenças para poder continuar a existir, o que resultou na redução populacional desses. Entretanto, Palma Filho (2010) argumenta que os jesuítas acreditavam estarem fazendo algo benéfico para a população que aqui se encontrava, assim como, para a formação das pessoas dentro do contexto

social que se dava o período colonial. O autor também pontua que outras ordens religiosas também atuaram no ensino no Brasil, os Carmelitas e Franciscanos.

Aranha (2006) esclarece que à medida que a Europa expandia seu comércio a burguesia tomava força, nas palavras da autora “[...] a colonização assumia características empresariais, enquanto a Europa era inundada pelas riquezas extraídas da América” (ARANHA, 2006, p. 150). Assim o processo de colonização e exploração de outros povos e territórios, dava início ao sistema de economia capitalista, Aranha também pontua que o poder político e econômico que era centrado no absolutismo passou a ser questionado por filósofos da época, movimento esse que deu força as ideias liberais de liberdade e direitos individuais dos cidadãos. John Locke (1632-1704) foi o precursor no liberalismo político, mais tarde serviria de influência no liberalismo econômico propagado por Adam Smith (1723-1790).

Retomando ao processo histórico da educação, no início da Idade Moderna, no século VXII as explicações da igreja sobre o homem, a sociedade e a natureza já não era o suficiente, segundo Aranha verdades absolutas começaram a ser questionadas rompendo com os dogmas da igreja, essa atitude provocou a laicização do saber, a ciência contemplativa chamada assim por alguns teóricos, não dava espaço para observação, problematização, e investigação da realidade, (ARANHA 2006, p 150). Sobre este novo método do conhecimento a autora explica:

[...] na idade moderna começou uma nova forma de pensar que partiu do *problema do conhecimento* filósofos como Descartes, Bacon, Lock, Hume, Espinosa discutira a teoria do conhecimento segundo questões de método, isto é, colocando em discussão os procedimentos da razão na investigação da verdade, antes de se permitir teorizar sobre qualquer tema. [...] a grande novidade da nova ciência foi a valorização da técnica, ao privilegiar o método experimental, mérito que coube a Galileu Galilei (1564-1642). (ARANHA, 2006, p. 151)

Assim a transição para a Idade Moderna é marcada por mudanças econômicas, políticas e científicas. A ruptura com os crédulos religiosos possibilitou um novo olhar para o homem, ou seja, o antropocentrismo, segundo Alves (2012, p. 01) “essa concepção coloca o ser humano no centro das atenções e as pessoas como as únicas detentoras plenas de direito”. Ou seja, todo pensamento e visão de mundo construída a partir do teocentrismo começam a ser postas em questão, e isto reflete na educação, pois possibilita autonomia de pensamento e visão crítica. Ainda no século XVII, tratado como, o século do método, surgem as ideias da pedagogia realista, que teve como precursores; Francis Bacon (1561-1626), Descartes (1596-1650). Palma Filho (2010) aborda que “a pedagogia realista é influenciada pelo empirismo de Bacon e racionalismo de Descartes”. As duas correntes foram importantes para formação das teorias do conhecimento, entretanto elas são opostas.

Sobre as diferentes concepções Aranha acentua “o racionalismo de Descartes prioriza a razão, na consciência como ponto de partida de todo conhecimento, ao contrário o empirismo, enfatiza o papel da experiência sensível no processo do conhecimento” (ARANHA, 2006, p. 155). O método empírico foi revolucionário para as produções científicas, pois resultados de pesquisas passaram a ser fundamentados em experiências, com campos e instrumentos de pesquisas delimitados. A pedagogia realista muda à educação até então lecionada, para Palma Filho ela:

Busca substituir o conhecimento verbalista anterior pelo conhecimento das coisas. Para tanto, procura criar uma nova didática. Segue reafirmando com mais ênfase ainda a individualidade do educando e, na ordem social e moral, advoga o princípio da tolerância, do respeito à personalidade e de fraternidade entre os homens. (PALMA FILHO, 2010, p. 5).

Assim a pedagogia realista por mudar a forma de compreensão do mundo, tende a criar uma didática, embora esses avanços na educação tenham sido importantes, o ensino ainda não era universal, parafraseando Aranha (2006), apesar de Locke ter influenciado com a sua teoria pedagógica, ele era um representante dos interesses burgueses, então a formação dos que iriam governar e daqueles que serão governados deveria ser diferente. Ou seja, isto reafirma o caráter elitista da sua pedagogia. Quem muda essa concepção de ensino é João Amós Comenius (1592-1670), autor da obra *Didática magna*, onde ele defendia que todos deveriam ter acesso ao ensino:

Didática magna, isto é, um método universal de ensinar tudo a todos. E de ensinar com tal certeza, que seja impossível não conseguir bons resultados. E de ensinar rapidamente, ou seja, sem nenhum enfado e sem nenhum aborrecimento para os alunos e professores, mas antes com sumo prazer para uns e para outros. E de ensinar solidamente, não superficialmente e apenas com palavras, mas encaminhando os alunos para uma verdadeira instrução para os bons costumes e para a piedade sincera. (COMENIUS, 2001, p. 13)

Aranha (2006) esclarece que Comenius buscava uma educação eficaz e atraente, um ensino que não fosse formado apenas para a escola, mas como ele mesmo disse para uma “verdadeira instrução”, ou seja; para a vida. Que os alunos pudessem exercer tais conhecimentos em seu cotidiano. Já no século XVIII um novo olhar é voltado de fato para a educação, a sociedade europeia passa por contínuas transformações que tendem a influenciar todo sistema social no mundo, o marco principal foi a Revolução Francesa (1789). De acordo com Pereira e Favero (2016) a revolução tinha como princípio “igualdade, liberdade e fraternidade”, os revolucionários compreendiam que estas eram condições indispensáveis para a vida humana, principalmente a liberdade política.

Segundo as autoras (2016), dentro desse contexto histórico cabe ressaltar que essa revolução era de caráter burguês, pois queriam descentralizar o poder político e econômico dos reis e da Igreja. Este período foi marcado pelas ideias iluministas, para Pazzinato e Senise (1992, p.98) (apud, SANTOS, 2013, p. 2) “o Iluminismo representou o ápice das transformações culturais iniciadas no século XIV pelo movimento renascentista” Ainda, segundo Santos este foi um movimento intelectual, a partir do qual filósofos e economistas, e pensadores políticos passaram a analisar as estruturas sociais. No caso a europeia, à luz da razão. Essas mudanças e rupturas deram início a um novo modelo educacional, que sem dúvidas influenciou todo sistema de ensino, principalmente pelo fato do ensino se tornar laico. Segundo Palma Filho de acordo com Luziriaga (1983) os ideais educacionais Iluministas se consistiam em:

Desenvolver a educação estatal, com maior participação das autoridades oficiais no ensino; uma educação nacional, do povo pelo povo ou por seus representantes políticos; princípio da educação universal, gratuita e obrigatória, no grau da escola primária, que fica estabelecida em linhas gerais; iniciação do laicismo no ensino, com a substituição do ensino religioso pela instrução moral e cívica; organização da instrução pública em unidade orgânica, da escola primária à universidade; (PALMA FILHO, 2010, p. 5 apud LUZIRIAGA, 1983).

Tornar o ensino laico e universal foi um marco para educação, pois gerou mudanças na forma de agir e pensar dos indivíduos, que antes estavam sobre o domínio da intolerância religiosa. Entretanto as medidas não foram logo de fato concretas. Segundos Seco e Amaral (2006) no Brasil a ruptura do ensino com a Igreja se deu pela expulsão da Companhia Jesuíta, momento em que o Marquês de Pombal fazia várias mudanças administrativas em Portugal, e conseqüentemente em suas colônias. Na palavra das autoras, “Portugal estava com a economia defasada, então o rei de Portugal, D. José I. Nomeia Pombal com o objetivo de tornar Portugal numa metrópole capitalista” (AMARAL; SECO, 2006, p. 3).

Conforme estudos das autoras o Marquês influenciado pelas ideias iluministas que se expandiam pela Europa no século XVIII, instituiu uma reforma na educação, que marca um divisor de águas entre a metodologia dos jesuítas, fincadas nos preceitos religiosos e o novo ensino público e laico. Entretanto, Pombal não pode ser considerado um defensor do Iluminismo no Brasil, uma vez que considera “as ideias iluministas dos demais países da Europa perigosas à autoridade real” (AMARAL; SECO, 2006, p. 2). Nas palavras de Maciel e Shigunov Neto as principais determinações implantadas pelo marquês podem assim ser definidas:

Por intermédio do Alvará de 28 de junho de 1759, foram: total destruição da organização da educação jesuítica e sua metodologia de ensino, tanto no Brasil quanto em Portugal; instituição de aulas de gramática latina, de grego e de retórica; criação do cargo de ‘diretor de estudos’ – pretendia-se que fosse um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino; introdução das aulas régias – aulas isoladas que

substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas; realização de concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias; aprovação e instituição das aulas de comércio. (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006, p. 470)

As medidas de Pombal foram totalmente contra a educação já instaurada, por meio do Alvará Régio ele regulamenta a criação de aulas régias que “compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja - foi a primeira forma do sistema de ensino público no Brasil” (FONSECA, 2006). Mesmo mediante aos esforços de Pombal, a educação continuou sem avanços significativos pelo menos no Brasil. Seco e Amaral (2006) reforçam:

Extintos os colégios jesuítas, o governo não poderia deixar de suprir a enorme lacuna que se abria na vida educacional tanto portuguesa como de suas colônias. Para o Brasil, a expulsão dos jesuítas significou, entre outras coisas, a destruição do único sistema de ensino existente no país. (AMARAL; SECO, p. 5)

Embora existam críticas com base em estudos antropológicos as relações interétnicas, que vieram a dizimar grande parte da população indígena, por conta do poder e visão etnocêntrica sobre esses povos, há outro grupo de teóricos que defendem a atuação da Companhia Jesuíta, devido à organização e comprometimento com seus objetivos educacionais e religiosos. Como aponta Sangenis (2004) de acordo com Fonseca (2006):

De fato, os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla ‘rede’ de escolas elementares e colégios, como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum* a sua expressão máxima. (SANGENIS apud FONSECA, 2006)

Devido às transformações sociais, passou-se a se pensar na formação das pessoas para a sociedade da época, então de forma lógica era necessária uma educação que favorecesse a construção de um comportamento na nova sociedade. No contexto europeu, mais especificamente na França e Inglaterra, existia uma modernização, devido à industrialização e ascensão do capitalismo. Já o Brasil sendo colônia de Portugal ainda passava pelas reformas do Marquês de Pombal. De acordo com Amaral e Seco (2006) em 1755, Pombal proclamou a libertação dos indígenas em todo o Brasil, e proibiu a discriminação contra eles, elaborou uma lei favorecendo o casamento entre os indígenas e portugueses. Entende-se que esses foram fatos de interesses que buscavam sustentar os objetivos da Coroa Portuguesa, uma vez que precisavam assegurar o crescimento populacional nas terras colonizadas, ou seja, não estavam fazendo algo por se importarem com a população indígena, mas por, seus próprios interesses.

As reformas no ensino feitas por Pombal, não obtiveram os resultados almejados, de acordo com Alves (2009) apesar das várias críticas ao ensino catequético da companhia

Jesuíta, houve muita dificuldade em reorganizar a educação depois de expulsá-los. Para Pombal o modelo de educação dos jesuítas não convinha mais com as necessidades da colônia, pois a educação deveria ocorrer uma secularização das escolas, Seco e Amaral (2006) explanam que Pombal pretendia organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

Estes foram marcos importantes que deram início a história da educação no Brasil. Fica subtendido que ela começa com a própria formação da “sociedade brasileira”, desde então outras reformas se sucederam na educação. No período que compreende a educação no Império (1822-1889), Dom Pedro I promulga uma Lei Geral que direciona o ensino público no dado momento, de acordo com Alves (2009):

O Projeto de Lei Geral de 15 de outubro de 1827, determinava a criação de escolas de primeiras letras e institui o ensino primário para o sexo feminino em todas as cidades, vilas ou povoados mais populosos, com o intuito de criar uma rede escolar no Brasil, e baixava determinações sobre formação e contratação de professores. (ALVES, 2009, p. 41 apud RIBEIRO, 2000)

Embora o projeto de lei determinasse a contratação de professores, existia uma carência desses profissionais, segundo Alves, só em “entre 1835 e 1846 são criadas no Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e São Paulo as primeiras escolas normais com duração, de no máximo, dois anos, com a intenção de preparar, urgentemente professores” (ALVES, 2009, p. 42). Para tanto as mudanças de fato não foram tão eficazes, assim como a educação estava defasada em meio a tantas reformas, a economia também estava. Na concepção da autora Maria Nascimento (2006) a educação no final do Império se resume:

No final do Império, o quadro geral do ensino era de poucas Instituições Escolares, com apenas alguns liceus províncias nas capitais, colégios privados bem instalados nas principais cidades, cursos normais em quantidade insatisfatórias para as necessidades do país. Alguns cursos superiores quem garantiam o projeto de formação (médicos, advogados, de políticos e jornalistas). Identificando o grande abismo educacional entre a maioria da população brasileira que, quando muito, tinham uma casa e uma escola, com uma professora leiga para ensinar os pobres brasileiros excluídos do interesse do governo Imperial. (NASCIMENTO, 2006, p. 1)

Assim o Brasil chega ao século XIX com o período Imperial em decadência, segundo Alves (2009) os projetos políticos e econômicos não atenderam às necessidades do povo, e em particular a classe média que se formou. O autor explica que em consequência cafeicultores, estes que conquistaram poder econômico, uniram-se com militares proclamando a República em 15 de novembro de 1889, dando início ao período que ficou conhecido como República Velha (1889-1930), a economia e o poder político ficou sobre o domínio de oligarquias, apesar de uma república fazer referência a um governo de caráter democrático, nada muda no campo educacional, à medida que a maior parte da população se encontra a margem de direitos.

Alves ressalta que “o desinteresse do novo regime pela educação está nítido na promulgação da primeira Constituição em 24 de fevereiro de 1891, que é completamente omissa, não reservando sequer uma linha para falar da obrigatoriedade da escolarização” (ALVES, 2009, p. 52). A partir desse momento, mediante as reivindicações da população várias reformas foram voltada para a educação, que de fato serão atendidas só na Era Vargas (1930-145). Governo que põe fim ao antigo regime, nesse período começa o processo de urbanização e industrialização do país, conseqüentemente a sociedade brasileira passa a ter uma economia capitalista e consumidora. Isto leva um novo horizonte para a educação, segundo Andreotti:

Nesse contexto de expansão das forças produtivas, a educação escolar foi considerada um instrumento fundamental de inserção social, tanto por educadores, quanto para uma ampla parcela da população que almejava uma colocação nesse processo. Às aspirações da república nas sobre a educação como propulsora do progresso, soma-se a sua função de instrumento para a reconstrução nacional e a promoção social. (ANDREOTTI, 2006, p. 1)

A partir desse momento a escolarização passa a estar relacionada a ascensão social. A educação é vista como um elemento fundamental para viabilizar o avanço do país. Os anseios por qualificação da população, direciona uma novo olhar para a educação, que no discurso do governo Vargas “*apareceria como um dos instrumentos apropriados para assegurar a valorização do homem e melhorar a condição de vida dos brasileiros sob o ponto de vista moral, intelectual e econômico*” (HORA, 2006, p 6). As políticas educacionais começaram a ter atenção com a Constituição Federal 1934, onde foram estabelecidas diretrizes para uma educação de “qualidade no país”. Outro fato importante foi à criação do Ministério da Saúde e da Educação em 1930, de acordo com Palma Filho (2005) as principais mudanças na educação no início do governo de Getúlio Vargas entre (1930-1937) foram:

Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública; Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931) O ensino secundário correspondia ao que hoje se denomina ensino de 2º grau ou ensino médio. À época, tinha a finalidade de preparar para o ingresso no curso superior; Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932); Constituição Federal de 1934; Projetos de reforma educacional oriundos da sociedade civil. (PALMA FILHO, 2005, p. 2)

O Ministério da Educação da era Vargas teve como ministro Francisco Campos (1891- 1968), os seus objetivos eram direcionar a educação a favor do novo momento no qual a economia se encontrava diante a intensificação do Capitalismo, o que era muito diferente do antigo sistema de governo. Entretanto o currículo estabelecido que fora organizado nas matérias de “Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Física, Química, História Natural e Desenho, tinha um caráter elitista de conservador” (PALMA FILHO, 2005, p. 3).

Em conformidade com o autor, o caráter elitista não é apenas pelo conteúdo enciclopédico que já favorecia estudantes das classes favorecidas, mas também pelo sistema de avaliação. Para Romanelli (1999) apud Palma Filho (2005), “o currículo enciclopédico, aliado a um sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado, quanto ao número de provas e exames, fez que a seletividade fosse atônica de todo o sistema”. A extensão dos conteúdos e os métodos de avaliação ainda são questões presentes no sistema educacional, à exigência de provas como verificação de aprendizagem leva os alunos a se ater a um ensino conteudista, e “estudar só o que é para prova”, ou “só para passar”. Este fato comum se torna um problema à medida que os estudantes não desenvolvem a capacidade de relacionar conteúdos a prática, ou a sua realidade social.

Não se esgota aqui a história da educação no Brasil, porém, esta breve síntese de alguns marcos importantes nos mostra o caráter elitista de privilégios de alguns, e forma de exercer poder sobre outros foi que o ensino tomou forma.

3 EVASÃO ESCOLAR: uma perspectiva sociológica

A evasão é um problema frequente nas escolas, porém não se trata apenas de casos isolados que vem a ser diagnosticados, mas de todo ensino público brasileiro, onde o fenômeno precisa ser estudado em suas particularidades, uma vez que é necessário ter conhecimento de quais motivos levam os adolescentes a desistirem dos estudos, para tal, cabe teorizar numa perspectiva sociológica, uma vez que, as questões não são individuais, mas, sociais, a partir desse fato podemos questionar, por que a evasão é mais frequente no ensino público? Por que são os alunos das classes populares são os mais afetados? Os dados são alarmantes “entre não matriculados e evadidos, o Brasil tem 22% de jovens nessa faixa etária ausentes dos bancos escolares” (FOLHA, SÃO PAULO, 19-10-2017), as estatísticas comprovam aquilo que já pode ser observado na sala de aula, a ausência dos jovens e adolescentes é nítida. Portanto, este capítulo busca caracterizar os aspectos da evasão escolar por meio da análise bibliográfica de autores que desenvolveram pesquisas qualitativas e quantitativas com a temática que está sendo abordada.

No primeiro tópico será dada ênfase a educação sob a ótica da teoria da Reprodução da obra *A Reprodução* publicada em 1970, dos autores Pierre Bourdieu (1930-2002) e Jean Claude Passeron (1930) onde os autores são contrários a ideia de que o sistema escolar seja um fator contribuinte para a mobilidade social, mas segundo Bourdieu, o sistema de ensino “legitima as desigualdade sociais, sanciona a herança cultural” (BOURDIEU, 2015, p. 45). É sob essa ótica que será desenvolvido a questão da evasão escolar, um problema não está diretamente relacionado às condições individuais dos estudantes, mas aos fatores sociais, econômicos e políticos, para tanto a evasão vem a ser um reflexo do sistema público de ensino e da sociedade.

3.1 Contexto sociológico da educação: a evasão escolar sob o enfoque da Teoria da Reprodução

Diante do que já foi exposto no primeiro capítulo, pode-se dizer que a estrutura organizacional de cada sociedade e seus processos históricos no campo econômico e político, tendem a influenciar a escola e a educação, e até mesmo determinando suas diretrizes, o “complexo da educação varia de acordo com as necessidades de cada organização social em época histórica” (FRERES; RABELO; SERGUNDO, 2008). Ou seja, a educação não é um fenômeno estático, geralmente estará para atender os interesses de um governo, uma classe, e

até mesmo a economia. De acordo com a autora Maria Coelho (1990) parafraseando Anibal Ponce (1981) explicita:

A forma como os homens se organizam para a produção e para a troca, e a forma pela qual se define a propriedade dos meios de produção, dentre outras coisas, são determinantes na configuração histórica do processo educativo, cujas finalidades derivam da natureza de determinada estrutura social, identificando-se com os interesses e necessidades de diferentes grupos e/ou classes que compõe a sociedade num dado momento. (COELHO; 1990, p. 165)

O capitalismo, sistema econômico que predomina na contemporaneidade, torna as relações sociais complexas e competitivas. A educação nesse sistema surge como a “propulsora da igualdade formal, garantindo um mínimo de saber à classe trabalhadora com o intuito de disseminar a ideologia de que ela garantiria para essa classe condições sociais melhores.” (FRERES; RABELO; SERGUNDO, 2008). Ou seja, a educação passa a ser almejada como a oportunidade para a ascensão social, é necessário estar qualificado frente às disputas que vem a eliminar aqueles que não se encaixam no padrão exigido, como exemplos se têm os vestibulares e cargos profissionais que requer um nível de qualificação. No entanto é importante frisar que a não conclusão dos estudos nem sempre foi vista como algo que acarretasse problemas sociais futuros na vida das pessoas, Bernard Charlot destaca:

Na época em que a maioria da população nem sabia ler ou escrever ou não tinha completado a instrução primária, isto é, o que equivale à 5ª série no Brasil atual, nem fazia sentido falar em fracasso escolar. A maioria não entrava na escola e quem tinha a sorte de ser escolarizado e a desgraça de ter fracassado não estava em uma situação particular. Sabia poucas coisas, como os demais. O fracasso na escola não trazia problema social algum. Ao contrário, chamava a atenção quem adquiria inesperadamente um saber que não correspondia à sua situação social. (CHARLOT, 2000)

Contudo, hoje em nossa sociedade a escolarização além de ser um direito social garantido na constituição de 1988, se tornou um fator relevante para a formação dos indivíduos enquanto cidadãos. Diniz (2015) aponta que “acredita-se que a conclusão do Ensino Médio, além de ser um direito, reduz as desigualdades, melhora as chances de inserção dos jovens no mercado de trabalho e forma cidadãos autônomos”. Porém, a mesma exigência de conclusão do ensino, vai à contramão das condições que em alguns casos impedem os/as jovens de ter acesso ao ensino, ou seja, o fato de ser um pré-requisito já coloca parte dos que não atendem as exigências educacionais a margem da sociedade.

No entanto, na década de 60 Bourdieu fez reflexões sobre essa visão otimista acerca do sistema educacional tendo como campo de pesquisa o sistema de ensino francês. Nogueira e Nogueira (2007) ressaltam que o autor apontava “novos questionamentos sobre esse sistema, além de fornecer respostas originais que renovaram o pensamento sociológico sobre as funções

e funcionamento social dos sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas”. Suas pesquisas empíricas problematizaram a funcionalidade da escola, e seu suposto papel central na formação dos cidadãos para uma possível sociedade justa e igualitária. Bourdieu ressignifica este sentido que era atribuído a escolarização, diagnosticando o problema das desigualdades sociais que se concretizavam no campo educacional formando as desigualdades escolares. O autor aponta:

É provável por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social. (BOURDIEU, 2015, p. 45)

Na perspectiva da Teoria da Reprodução de Bourdieu a escola não flexiona conteúdos a serem ministrados em sala de aula, a própria instituição escolar não abrange as diferenças culturais, econômicas e sociais de forma que todos os agentes sintam-se identificados. Desta forma a escola não é uma instituição neutra, uma vez que reproduz os ideais de uma cultura representada como legítima; a cultura da classe dominante que é imposta às classes populares. Ainda segundo o autor, à medida que a escola trata todos como iguais estão sendo ignoradas as desigualdades culturais e favorecendo os já favorecidos:

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. (BOURDIEU, 2015, p. 59).

A autoridade pedagógica no campo educacional da escola pública viabiliza a imposição de uma cultura tida como legítima, um modo de pensar, com valores e preceitos que se distanciam da realidade social dos estudantes das classes populares, configurando-se numa relação de dominação. Entretanto, de acordo com as teorias antropológicas nenhuma cultura pode ser considerada superior à outra, ou seja, “cada sociedade se desenvolve de modo particular, em parte devido a suas próprias peculiaridades, em parte devido à influência de outros grupos. Dessa forma, cada cultura segue seus próprios caminhos de desenvolvimento” (SOUZA, 2012). Porém, nas sociedades de classes, uma cultura tende a ser valorizada e reproduzida; a cultura da classe dominante.

Assim, na relação que se estabelece essa imposição, Bourdieu trata esse fato de Violência Simbólica onde “toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural.” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 26). Ou seja, a transmissão dessa cultura implica na herança cultural familiar dos/as estudantes das classes desfavorecidas, uma vez que estes não possuem a mesma

bagagem cultural, assim Souza (2012), afirma “a ação pedagógica através de suas técnicas, seus métodos e procedimentos ignora as desigualdades culturais das crianças. A ação pedagógica é, portanto, ação arbitrária da cultura dominante”. Em decorrência a maneira como a escolarização é reproduzida só favorece aos já privilegiados. Os autores explicam:

Na perspectiva de Bourdieu, a conversão de um arbitrário cultural em cultura legítima só pode ser compreendida quando se considera a relação entre os vários arbitrários em disputa em uma determinada sociedade e as relações de força entre grupos ou classes sociais presentes nessa mesma sociedade. No caso das sociedades de classes, a capacidade de imposição e legitimação de um arbitrário cultural corresponderia à força da classe social que o sustenta. De um modo geral, os valores significados arbitrários, capazes de se impor como cultura legítima, seriam aqueles sustentados pelas classes dominantes. Por tanto, para o autor, a cultura escolar, socialmente legitimada, seria a cultura imposta como legítima pelas classes dominantes. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2007, p. 123)

A imposição dessa cultura expressada com legitimidade passa despercebida, pois se afeiçoa no currículo, no tipo de comportamento, de organização espacial, e racionalidade, essa cultura na maioria dos casos não se assemelha a dos alunos (RIBEIRO; SILVA, 2011). Os próprios estudantes talvez não se sintam vítimas dessa violência que Bourdieu classifica como simbólica. Porém, seja possível que os/as estudantes sejam instigados a uma reflexão que os conduza a autoafirmação de suas identidades, conhecimento e valorização de sua cultura local, ou seja, uma educação que seja emancipadora formando sujeitos críticos e autônomos, e não apenas uma educação reprodutora das estruturas da classe dominante. Um fator que soma a essa violência simbólica é o currículo, pois se o ensino visa o privilégio de uns, conseqüentemente o saber também é hierarquizado como Nogueira e Nogueira, pontuam:

Os conteúdos curriculares seriam selecionados em função dos conhecimentos, dos valores e dos interesses das classes dominantes e portanto, não poderiam ser entendidos fora do sistema visto das diferenciações sociais (associados à posse dos diferentes tipos de riqueza social). O próprio prestígio de cada disciplina acadêmica estaria associado a sua maior ou menor afinidade com as habilidades valorizadas pela elite cultural. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2007, p. 135)

As conseqüências dessa violência simbólica se materializam na escola, o fracasso e evasão escolar é uma realidade preocupante. A escolarização não se torna atraente, o padrão obrigatório empregado dentro dos muros das escolas não é reconhecido por aqueles que estão a margem de um reconhecimento e ascensão na sociedade. O saber que os/as alunos e alunas trazem consigo não é compreendido na ação pedagógica, na medida em que devem assimilar um outro saber. Quando o estudante não se identifica no ambiente escolar, e a escola já não atende a suas necessidades, ele passa a não ver a escolarização como algo essencial para a sua condição, tomando outros rumos que lhe parecem mais importantes.

As teorias e pesquisas de Bourdieu e Passeron tornaram-se um marco importante para a Sociologia da Educação, como um novo olhar sobre o papel da escola, que antes era vista apenas pela seguinte perspectiva:

Por meio da escola pública e gratuita seria resolvido o problema do acesso à educação e, assim, garantida, em princípio, a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. Os indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social. A escola seria, nessa perspectiva, uma instituição neutra, que difundiria um conhecimento racional e objetivo e que selecionaria seus alunos com base em critérios racionais. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 87)

A escola seria a principal instituição responsável pela ascensão social dos indivíduos. Porém, a relevância e atuação das instituições sociais dependem de cada cultura e sociedade, ou seja, a força de atuação dessas instituições sobre os indivíduos é relativa em diferentes sociedades, na perspectiva sociológica são consideradas instituições; a igreja, família e escola. O ensino ofertado nas escolas públicas brasileiras não atende as necessidades de permanecer em sala de aula, só o fato de estarem matriculados não lhes possibilita a conclusão e nem mesmo a garantia de ascensão social. Diante da possibilidade desse próprio ensino que lhe é ofertado ser uma das causas da eliminação dos mais pobres, Bourdieu e Passeron a partir dos resultados as pesquisas sobre o sistema de ensino francês concluem:

Definindo chances, condições de vida ou de trabalho totalmente diferentes, a origem social é, de todos os determinantes, o único que se estende sua influência a todos os domínios e todos os níveis de experiência dos estudantes e primeiramente as condições de existência (BOUDIEU; PASSERON, 2014, p. 28)

Assim, pode-se afirmar que a origem social dos indivíduos é um fator quase que determinante, que pode vir a dificultar sua vida escolar, influenciando tanto de forma negativa ou positiva. Na experiência que se teve em sala de aula, alguns alunos compartilhavam que não queriam ter o mesmo destino dos pais, mas sim, ter o ensino médio pra poder cursar um ensino técnico, visto que o ensino superior parecia longe de sua realidade, pois as chances são ainda mais reduzidas para essa qualificação.

Dentro dessa mesma perspectiva Bourdieu e Passeron analisaram como os estudantes das classes desfavorecidas, que ao longo da escolarização, passam por uma seleção que está diretamente relacionada à sua origem social, afirmam:

Lê-se nas chances de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção que, ao longo de todo percurso escolar, exercer-se com um rigor muito desigual segundo a origem social dos sujeitos; na verdade, para as classes mais desfavorecidas, trata-se puramente e simplesmente de *eliminação*. Um filho de quadro superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade do que um filho de operário. (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 16)

Assim pode-se dizer que o desempenho escolar dos estudantes está diretamente relacionado à sua origem social. A educação não está relacionada apenas a escolarização, mas a todo método que cinge o ensinar e aprender, ou seja, a escola é um campo ocupado por sujeitos que já estão com sua história de vida em formação, (VIGOTSKY, 2001, p. 476 apud GASPARIN, 2012, p. 15) profere “em essência a escola nunca começa no vazio. Toda aprendizagem com que a criança se depara na escola sempre tem uma “pré-história”, assim, pode-se questionar, como a escola funciona diante das diferenças sociais de seus alunos e alunas e em que isto afeta a sua formação escolar.

Contudo, não se esgota às possíveis explicações para o fracasso e evasão escolar, nem tão menos cabe a este trabalho, uma vez que os problemas no ensino público se configuram em diferentes formas e estágios. A questão que coube a essa pesquisa é que o fracasso escolar em alguns casos é apontado como inerente aos/as estudantes, como destaca a autora Hidalgo (2014) “para a ideologia dominante há sempre uma resposta, para aqueles “mal sucedidos” no contexto escolar, e segundo essa ideologia há “os menos dotados” e “os incapacitados” ou “os não dotados” à aprendizagem”. Ou seja, de acordo com esse pensamento da classe dominante, ou até mesmo para alguns educadores, às questões relacionadas às dificuldades na aprendizagem, ou permanência na escola, soam mais como individuais, responsabilizando o estudante, e isto se torna um agravante para resolver o problema. Para tanto as teorias de Bourdieu servem como lupa para problematizar, contextualizar e analisar de forma crítica a evasão escolar.

3.2 A relação entre Capital Cultural e a Evasão Escolar

Bourdieu é de oposição à ideia da escola como uma instituição democrática e neutra, pois à medida que reproduz os seus ideais a fim de legitimar a cultura da classe dominante, não leva em conta as diferenças culturais e sociais dos estudantes, uma vez que o ambiente escolar é composto por diferentes sujeitos, com diferenças principalmente econômicas e culturais, as explicações para as dificuldades escolares dos sujeitos são explicadas a partir dessa concepção, Beatrici e Gallina (2014) pontuam “a teoria do capital cultural e do *habitus* surge como uma hipótese para explicar a desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes de diferentes classes sociais”. Segundo as autoras Este capital cultural é caracterizado como um conjunto de conhecimentos e relações estabelecidas com a cultura e a linguagem. Assim, quem tiver mais capital cultural pode desenvolver estratégias mais eficazes

para melhorar a sua posição escolar (BEATRICI; GALLINA, 2014, p. 4). Este capital Segundo Bourdieu o Capital Cultural pode ser internalizado pelos sujeitos sob três formas:

No estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; *no estado objetivado*, sob forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, problemáticas, etc.; e enfim, *no estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao *certificado escolar*, ela confere ao capital cultural – de que é supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais. (BOURDIEU, 2015, p. 82. Grifos do autor).

No estado incorporado essas disposições são adquiridas pelo processo de socialização Beatrici e Gallina apontam que ele se dá por meio de crenças, valores, hábitos, condutas, ou seja, a forma de ver o mundo, assim como o domínio maior ou menor da língua culta, e que a acumulação desse capital é feita mediante ao trabalho de inculcação e assimilação. Na compreensão das autoras Beatrici e Gallina as três formas de capital estão em relação, já o objetivado se dá a partir da apropriação de bens culturais, que se adquire como foi citado, livros, obras de arte entre outros, entretanto, a compreensão dos indivíduos sobre o capital objetivado depende do capital incorporado. Já o capital institucionalizado se concretiza nos títulos, e diplomas, Bourdieu enfatiza “com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura” (BOURDIEU, 2015, p. 87). Assim pode-se dizer que o/a estudante advindo desse meio, tendo adquirido os três tipos de capital cultural por meio da sua socialização, este não terá dificuldades no processo de escolarização, pois a escola será vista como a continuação do processo.

Conforme Ione Valle (2014, p.10) “são os fatores culturais mais que os fatores econômicos que determinam as escolhas, o prolongamento da escolarização, o sucesso escolar”. Ou seja, os estudantes das classes oriundas pobres, tendem a não ter um processo de escolarização bem sucedido, já que não tiveram acesso aos mesmos elementos culturais. Mesmo que existam mudanças, por exemplo, no currículo ou numa flexão no ensino, ainda assim, os/as alunos/a das classes populares não terão vantagens, pois em outros parâmetros sociais lhe será exigido às normas dessa cultura legítima, como nas redações dos vestibulares; é necessário escrever na norma culta, este é um fator claro na medida em que os estudantes das classes abastadas já possuem toda uma bagagem cultural que lhes permitem sobressair em relação aos outros, ou então em entrevista de emprego, onde se requer uma linguagem formal, uma postura.

Os aspectos culturais denotam a peculiaridade da evasão escolar, visto que, se pode traçar um perfil do aluno que se evade, sendo estes na maioria dos casos alunos/as das classes

desfavorecidas. Para Bourdieu (2015) “é o nível cultural global do grupo familiar que mantém a relação mais estreita com o êxito escolar da criança”. Ou seja, a família irá transmitir a sua cultura para esses adolescentes desde sua infância, isto influenciará no êxito escolar, se tratando das classes favorecidas, a esses estudantes será estimulado o hábito de ler, frequentar museus, cinemas, fatos que somados a uma vida toda se consolida em saberes legitimados pela sociedade. Assim Bourdieu pontua:

As crianças oriundas dos meios mais favorecidos não devem ao seu meio somente hábitos e treinamento diretamente utilizáveis nas tarefas escolares, e a vantagem mais importante não é aquela que retiram da ajuda direta que seus pais lhe possam dar. Elas herdam também saberes (e um “savoir-faire”) gostos e o “bom gosto”, cuja rentabilidade escolar é tanto mais frequente esses imponderáveis da atitude são atribuídos ao dom. (BOURDIEU; 2014, p. 50)

Entretanto, os/as alunos/as oriundos/as das classes populares ficam em desvantagem por não terem, no processo de escolarização, uma cultura que condiz com sua realidade de vida. Em consequência, o fracasso escolar se esconde atrás da responsabilidade individual e não às desvantagens que a própria cultura escolar ligada aos fatores sociais perpetua. Mesmo que o autor esteja retratando a realidade do ensino Frances em seus estudos, isto também caracteriza um problema da evasão dos alunos, Cabral aponta:

Essa realidade dos alunos das camadas populares difere do que ocorre com os alunos de classe dominante. Enquanto os filhos da classe dominante têm tempo para estudar e dedicar-se a atividades como dança, música, língua estrangeira, e outras, os filhos dos estratos dominados mal têm acesso aos cursos noturnos, sem possibilidade alguma de frequentar cursos complementares e de aperfeiçoamento. (CABRAL, 2017, p. 3)

Se tratando das classes dominantes, todo capital cultural transmitido para os/as adolescentes durante o curso da vida, é legitimado no ambiente escolar, e quando estes chegam ao êxito, para Bourdieu (2014) “o dom social tratado como dom natural”, ou seja, estas parcelas de estudantes que teve privilégios têm o sucesso visto como algo “natural”, entretanto, sabe-se, que a qualidade de vida e os fatores culturais e econômicos foram que contribuíram para tal sucesso escolar, divergente dos estudantes das camadas desfavorecidas, que acabam sendo desprovidos das mesmas vantagens. Sobre a transmissão do Capital Cultural em relação ao êxito, Bourdieu explicita:

Na realidade cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e consequentemente pelas taxas de êxito. (BOURDIEU, 2014, p. 46, Grifos do autor)

Portanto, os fatores culturais acabam se tornando determinantes no processo que conduz a escolarização, e tendem a favorecer os adolescentes das classes abastadas, já que a

realidade escolar irá consolidar a cultura que trazem consigo. Muito diferente dos estudantes das classes pobres, onde a cultura permeada na escolar não condiz com a sua realidade de vida, não faz referência aos seus costumes, ou seja, há elementos que forma a sua peculiaridade cultural, por isso é muito comum os estudantes das escolas públicas não almejem o sucesso escolar, não sentem-se representados ou atraídos pelo ambiente da escola, um exemplo claro disso é que os/as alunos/as das classes populares oriundos das escolas públicas, não conseguem chegar ao nível superior das universidades públicas ou até mesmo sentir-se capaz de competir. As autoras Alvarenga e Sales pontuam:

Os estudantes de escola pública, que representam a maioria dos estudantes do ensino médio, passam a representar uma minoria no ensino superior. Desta forma, entende-se que exista uma maior preparação por parte dos estudantes advindos da rede privada de ensino, que faz com que consigam ter acesso às universidades públicas com maior facilidade que os demais. (ALVARENGA; SALES, 2012, p. 56)

Esse fato se torna um reflexo de todo sistema escolar público, evidenciando a discrepância entre duas classes, pois as escolas particulares já visam à aprovação de seus estudantes, criando estratégias e métodos de aprendizagem, como exemplo, aulas com conteúdo exclusivos de vestibulares, apostilas e simulados, enquanto que a escola pública não dá ênfase para as mesmas questões. De acordo com Ortega (2001), citada por Alvarenga e Sales (2012, p. 57) os estudantes da rede particular estão em vantagens por estarem previamente decididos a se inscreverem nos vestibulares, de estarem informados sobre as diferentes universidades. As autoras destacam que a estrutura educacional pública não incentiva seus alunos a tentar o ingresso nas universidades, e estudantes da rede particular são possuidores de vantagens econômicas e sociais (2012, p. 57).

Estudantes das classes populares buscam minimamente a conclusão do ensino médio, sendo esta uma condição específica para ingresso no mercado de trabalho formal dentro do sistema de economia capitalista, onde as disputas são latentes, e a classe burguesa está sempre em vantagens. A partir desses fatos, recai pensar no discurso da meritocracia; quem estuda consegue os melhores espaços? Quem se esforça vence na vida? Pode-se dizer para alguns que sim, porém, sabe-se que em uma sociedade de classes as pessoas não tendem a ter as mesmas oportunidades, e isto nos é observado o tempo todo, nas diferentes estruturas sociais. Por exemplo, um jovem, cuja única responsabilidade é estudar, tendo todo um aparato econômico e cultural para ascender socialmente, certamente irá seguir concretizar seus objetivos.

Portanto, foi exposta a relação da evasão escolar com o próprio sistema educacional, uma vez que, as estruturas escolares valorizam e reproduz a cultura da classe dominante, fato que torna a escola um campo de privilégios para as classes favorecidas, os autores Lee Oliveira e Gil Volpato (2017) ressaltam:

Para os autores, a escola ignora essas diferenças, valorizando a cultura da classe dominante, sendo que, para os filhos da classe dominante, a escola é uma continuidade de sua casa, enquanto que as crianças e os jovens da classe trabalhadora precisam assimilar essa cultura imposta. (OLIVEIRA; VOLPATO, 2017, p. 141)

Se para alunos das classes privilegiadas a escola é sucessão do seu ambiente familiar, para os alunos das classes populares, é o contrário, o estudante não se identificará com a cultura que lhe é imposta. É evidente que os incentivos do seio familiar contribuem para a conclusão do ensino médio e superior, ou seja, para o sucesso escolar. Fato este que é delicado para as famílias com condições econômicas restritas, uma vez que estes pais e mães são trabalhadores assalariados que se quer têm a possibilidade de acompanhar a vida escolar dos filhos. Já nas famílias com poder econômico e que possibilitam a segurança de uma escolarização de qualidade aos estudantes dessa classe, se tornam privilegiados tanto no ambiente familiar quanto no escolar.

Desta forma os estudantes das classes superiores, terão nível maior de conhecimento devido ao seu capital cultural apropriado e mais chances de ocupar os cursos historicamente elitizados, sendo eles; medicina, direito, e engenharias nas Universidades Públicas, e de forma muito contraditória os/as estudantes vindos das classes populares estarão destinados ao ensino das faculdades privadas, se tiverem condições financeiras para pagar pelos estudos.

Contudo, todo contexto que envolve as questões escolares, a escola sendo um campo de reprodução cultural das classes abastadas, o ensino público que não é de qualidade, pois não se trata somente da formação e didática dos professores, mas também de toda estrutura política que envolve a escola, esses fatores somados tem forte influência nas tomadas de decisões dos estudantes, que deixam de acreditar que a escola possa ser algo que lhe garanta uma ascensão social. Que de fato realmente não garante em muitos casos, uma vez que a escolaridade é uma exigência, porém, uma parcela de educandos não possui condições para se manter na escola. Assim as desigualdades na escola se tornam latentes, à medida que os alunos das classes populares não se sentem identificados, mesmo que escola pública seja de acesso para todas pessoas, isso não assegura que os estudantes concluam o ensino regular.

3.3 Os aspectos característicos da evasão escolar

Falar da evasão escolar não é algo tão simples diante dos diversos fatores que levam um estudante a abandonar os estudos, no entanto, essa tem sido uma temática abordada por alguns pesquisadores/as, que vêm buscando analisar e caracterizar esse fenômeno, mais recorrente no ensino público. Borjora e Martins afirmam em suas pesquisas “de acordo com a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (ANDOFES/ABRUEM/ SESu/MEC, 1996), define-se evasão como a saída do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo”. Assim o jovem segue com a formação escolar incompleta, dificultando as chances de emprego ou até mesmo as de ingressar em um curso técnico, visto que a conclusão do ensino médio é pré-requisito para várias finalidades.

Porém, antes de ocorrer a evasão, alguns fatores já sinalizam o ato, pois parte dos alunos evadidos possuem; um histórico de reprovações, mau comportamento, frequentemente chamados na direção da escola, com alto índice de faltas, que se caracteriza na infrequência. Comiran (2008) pontua “a infrequência escolar é a ausência injustificada da criança ou adolescente na escola e motivos de doença não correspondem a tal situação”, ou seja, as faltas recorrentes já servem de alerta, pois nos caso em que o aluno encontra-se afastado por motivos de doença, pode ser comprovado com um atestado médico, mas quando não for essa a situação, é precioso que se tome conhecimento do problema, por parte da coordenação pedagógica da escola.

No C.E Paulo Freire, escola campo da pesquisa, a coordenadora do turno da noite estava sempre atenta a esses detalhes, procurava tomar conhecimento de quais alunos estavam infrequentes e tomava as medidas adotadas pela escola. Uma das providências era entrar em contato com os/as estudantes e quando estes/as retornavam, em alguns casos, as faltas eram reduzidas, na intenção de que permanecessem na escola. Porém, os resultados nem sempre foram positivos. Esses critérios adotados se tornaram um fator positivo para o desenvolvimento deste trabalho, facilitando o colhimento dos dados.

Vale destacar também que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o abandono e a infrequência dos estudantes fere os direitos dos mesmos, o Art. 53 I – declara que o estudante deve ter “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, no entanto, mesmo esse direito sendo assegurado por lei, o próprio estado não oferece condições para que isto se

consolide, no período do estágio observou-se por algumas vezes a falta de água e lanche para os alunos, em decorrência da falta da água para beber a coordenação reduzia os horários de aula, liberando os alunos mais cedo, prejudicando o curso normal das aulas.

Ceratti (2008) destaca que “é preciso considerar que a evasão escolar é uma situação problemática, que se produz por uma série de determinantes”. Uma causa relevante que pode prejudicar o desenvolvimento escolar dos jovens são os conflitos familiares, segundo, Soifer (1983) citada por Baltasar e Moretti (2004, p. 128) esses conflitos podem se configurar como “uma separação conjugal; prisão de um dos pais; enfermidades na família; gestação e adoção indesejada; pais alcoolistas; usuários de drogas; mães com depressão pós-parto; entre outras”. A família é o primeiro grupo social a qual o adolescente está inserido, a subjetividade dos indivíduos tem como base as relações estabelecidas nesse meio, por tanto é necessário não omitir a importância das relações familiares no processo de escolarização dos sujeitos. O meio familiar, a escolaridade dos pais, de certa forma, contribui para o êxito ou insucesso escolar dos estudantes. Cabral ressalta:

O convívio familiar conflituoso, a má qualidade do ensino, entre outros fatores, são todos considerados partes integrantes e comuns da evasão escolar. É válido dizer que a evasão está relacionada não apenas à escola, mas também à família, às políticas de governo e ao próprio aluno que, pela situação econômica que vive não tem vontade ou não vê a necessidade da continuidade de aperfeiçoamento para futuramente ter uma profissão ou que pelo tenha concluído o ensino. (CABRAL, 2017, p. 4)

As causas da evasão são as mais variáveis, Gusso (1998) frisa “o insucesso escolar está relacionado a fatores sociais, econômicos e culturais, como a pobreza e a exclusão social”. Dentre as questões econômicas e culturais destaca-se a necessidade que muitos jovens enfrentam em ter que trabalhar e estudar, a conciliação entre as duas atividades levam o estudante a desistir da escola, e optando pelo trabalho. Em alguns casos esses postos de trabalho se configuram numa categoria de “trabalho precarizado”. Araujo (2013) o configura como:

Trabalho precário, então, é aquele que tem pouca ou nenhuma estabilidade, antonímia de permanente, durável, apresenta-se instável, incerto, contingente, inconsistente. Precário é o trabalho parcial, temporário, sazonal, intermitente, desprovido de resistência e defesa, que se apresenta frágil, vulnerável, desprotegido, impotente diante do capital. E esse, no processo de crescer e estruturar-se, reproduzir e expandir-se, resguarda o caráter antagonico da produção capitalista, que concomitantemente acumula riqueza e miséria. (ARAUJO, 2013, p. 11)

Contudo, possivelmente esse será o quadro de vulnerabilidade proeminente na vida dos evadidos, na busca por uma estabilidade financeira o trabalho precário torna um subterfúgio para alcançar essa necessidade, já que, primeiro os jovens visam e se preocupam em ter que manter suas condições de subsistência. Essa categoria de trabalho é uma realidade na vida de milhares de brasileiros, não apenas de quem abandona os estudos, mas também daqueles que já

estão à margem da sociedade. As transformações políticas e econômicas têm contribuído para legitimar essa desigualdade social. Nas palavras de Gadotti (2000) citado por Mendonça (2014, p. 15) a evasão escolar:

Está diretamente relacionada a questão de ordem social, cultural e pedagógicas, na esfera pedagógica é relevante destacar a inexistência da integração dos conteúdos, como ele se apresenta na vida real, facilitando assim o processo de assimilação e contextualização, como o papel social dos jovens e adultos. (GADOTTI, 2000 apud MENDONÇA, 2014, p. 15)

Para Gadotti a esfera pedagógica se torna um agravante do desenvolvimento da escolarização do educando na medida em que, não realizado a teoria na prática, ou seja, os educandos não fazem a relação com seu meio social, não fazem questionamento, o que não aprimora seu senso crítico e poder de reflexão. Faz-se necessário frisar que esta realidade é mais recorrente no ensino público, que atende alunos das classes populares. Mesmo que o ensino tenha sido estendido às massas populares, isto não anula que, a sua estrutura e legalidade tenha contribuído para acentuar as desigualdades sociais, nas palavras de Mendonça “em épocas anteriores, a exclusão afetava os que não ingressavam na escola, atualmente, ela atinge os que nela já estão inseridos, operando, portanto, de forma menos transparente” (MENDONÇA, 2014, p. 16). Ou seja, estar matriculado e frequente não tira a possibilidade de exclusão.

Essas condições evidenciam a qual classe o problema atinge; os/as estudantes oriundos das classes desfavorecidas. Estes dificilmente têm o privilégio de ter que dedicar-se só aos estudos, o ato de trabalhar é quase uma obrigação na vida desses jovens, a pesquisadora Carine Cabral afirma:

Fica evidente que a classe menos favorecida acaba por abandonar os estudos, pois, não conseguem conciliar o estudo com o trabalho tendo de optar por trabalhar para ajudar no sustento familiar. Acabam por não ter seu direito à educação resguardada, por ser precário ou pela falta de fiscalização ou de projetos que possibilitem que esses evadidos retornem ao meio escolar. (CABRAL, 2017, p. 3)

As más condições no trabalho também acabam atrapalhando os estudantes em sala de aula, durante a experiência no estágio no horário da disciplina de sociologia, a qual era estagiária, iniciava no primeiro horário de aula às 19h15, tínhamos uma dificuldade de começar devido à ausência de alunos, ou seja, o atraso era recorrente, as justificativas se resumiam basicamente nos horários de saída do local de trabalho, na jornada exaustiva das atividades laborais. Era sempre um desafio prender a atenção e até mesmo despertar o interesse dos alunos em relação aos conteúdos.

Segundo Ferreira (2011), a evasão também está relacionada à “*Escola*: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação”, estas foram

situações observadas na escola, diante desse problema foram criados novos métodos diferenciados de ensino, que pudessem contribuir para o processo de aprendizagem. Portanto, a escola conservadora, e a extensão do currículo, não suprem ou até mesmo instigam esses estudantes. É necessário formar profissionais da educação preparados para esses desafios, buscar metodologias de aprendizagem que instigue os/as estudantes, quem em alguns casos já vem de uma condição de marginalização social, cultural e econômica.

Ainda para o autor (2011), o outro fator que está relacionado à evasão é o próprio aluno “*Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez,*” (FERREIRA, 2011, p. 3). Entretanto essas causas que parecem ser apenas individuais, também estão correlacionadas às situações exteriores aos indivíduos. O desinteresse do aluno pode estar ligado à escola, aos métodos de ensino dos professores/as. A desmotivação advinda de dificuldades financeiras ou problemas familiares como já foi exposto. A gravidez na adolescência também é uma razão relevante como causa da evasão no ensino público. Segundo Carvalho e Matsumoto de acordo com suas pesquisas na relação que existe entre a gravidez na adolescência e a evasão escolar, “os jovens estão cada vez mais precoces quanto à iniciação sexual, aos 12 anos tanto nos meninos (62%), quanto meninas (48%), isto acarreta a outros problemas diante do despreparo do conhecimento sexual” (CARVALHO; MATSUMOTO, s.d, p. 1). Entretanto é nessa fase que se evidencia as manifestações sexuais dos adolescentes não como destaca a autora Belisse:

Na adolescência as manifestações da sexualidade parecem estar mais evidentes e nessa fase a atração sexual começa revelar-se de forma forte e marcante. E é aqui que surgem os primeiros problemas, pois nossos jovens não sabem, muitas vezes, lidar direito com esse novo fenômeno que está ocorrendo em suas vidas: de um lado o desejo de descobrir tudo de uma vez o que ainda não se conhece, do outro a incompreensão de tantas transformações físicas, psíquicas, emocionais, o que acaba os colocando em um grupo de risco devido a sua vulnerabilidade. (BELISSE, 2009, p. 2)

Sabe-se que ainda existem tabus em relação à educação sexual dos/as adolescentes, o que contribui para um despreparo sobre a sexualidade causada por fatores externos, como por exemplo, a falta de diálogo no meio familiar, ou até mesmo no ambiente escolar, essas questões na prática resultam em sérios problemas, que podem comprometer a continuidade da escolarização. Os transtornos aos quais os adolescentes se encontram em maior vulnerabilidade segundo Belisse é a; gravidez indesejada, as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), abortos clandestinos, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e problemas futuros como o câncer de colo de útero, provocado, muitas vezes, pelo papilomavírus humano (HPV) (BELISSE, 2009, p. 3).

A gravidez na adolescência traz certa desestrutura emocional, física, psicológica e econômica, na vida das futuras mães. Estas que geralmente ainda estão na fase de desenvolvimento físico, e isso se torna um agravante na gestação. Segundo Balisse são as mais pobres que acabam sofrendo as piores consequências, uma delas é o abandono da escola com sérios prejuízos no projeto de vida, com menos grau de instrução tendem a não ter bons empregos que possibilite uma estabilidade financeira (BELISSE, 2009, p. 4). A partir desse quadro de situações expostas, pode-se dizer que se inicia um ciclo que gera a marginalização social dessa parcela de adolescentes.

Cabe tratar também da relação entre criminalidade e evasão escolar, pois nos centros urbanos, os índices de violência são bem significativos, atualmente existem as chamadas “facções” que disseminam medo e ataques de repressão no crime organizado. É sabido que os ingressantes são jovens das periferias, segundo Rubens Passos, no Jornal Estadão (2017) “a criminalidade aumentou em 51% em todos os estados brasileiros, no período 2001/2005, devido à evasão escolar. Ele associou a proporção direta de crescimento entre abandono defasado ou evasão escolar e taxas de homicídio”, no entanto, não se pode, afirmar que ao deixar os estudos o estudante ingresse no mundo do crime, mas que existe uma propensão em alguns casos para isso.

Outro agravante é quando a violência chega dentro dos muros da escola, e os alunos se tornam vítimas ou são os agentes. Para Miriam Abramovay a violência no campo educacional se configura em; física, verbal, psicológica como exemplo o *bullying*, furtos e nos casos mais extremos, homicídios. Este problema tem se tornado cada vez mais comum nas escolas, a revista Época (2016) publicou uma pesquisas realizada em sete capitais brasileira, dentre elas, São Luis –MA, que 42% dos alunos da rede pública foram vítimas de violência verbal ou física nos últimos 12 meses. A matéria explica que o trabalho foi realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), em parceria com o Ministério da Educação e a Organização dos Estados Interamericanos (OEI). Os outros resultados demonstram os indicadores dos tipos de violência mais cometidos:

De acordo com **70% dos alunos**, houve algum tipo de violência na escola em que estudam no último ano. Entre os violentados, **65% apontaram** um colega como agressor. Mais de **15%** alegaram que a agressão **partiu dos próprios professores**. Entre os tipos de violência praticada, o **cyberbullying** – que engloba intimidações na internet e em aplicativos de conversa – representa **28% dos casos**. **Roubo e furto representam 25% dos casos** e ameaças, 21%. (Revista Época, 2016, Grifo nosso).

Observa-se que a violência no ambiente escolar pode advir de fatores externos a escola, ou ocorrer dentro da própria escola, embora a criminalidade esteja presente nas diversas estruturas da sociedade, as desigualdades sociais são agravantes das mesmas.

Portanto, considerando a evasão escolar um fenômeno presente no ensino público, a partir do que foi exposto, é evidente que essa falha grave na educação, estendida muito além das estruturas escolares, tem por razão maior, fatores econômicos, obrigando jovens estudantes a frequentar, em concomitância, o mercado de trabalho. O tempo integral para os estudos é privilégio raro que alunos das classes desfavorecidas usufruem, enquanto aos jovens das classes abastadas, além de terem sua cultura perpetuada na escola, gozam de outras atividades que auxiliam no processo de escolarização, por exemplo, contato com outra língua, nos cursos de idiomas, atividades de lazer e esportivas.

A perspectiva sociológica para discutir essa temática, nos leva a uma reflexão crítica sobre essa falha na educação, uma vez que é necessário desconstruir os estigmas que estão associados aos/as alunos/as que se evadem que passam a ser visto como simplesmente “os que não querem estudar” ou “os que não querem nada com a vida”. E que existem fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que somam para que ocorra a evasão escolar, assim como a própria escola que legitima as desigualdades sociais existentes, a medida que prioriza uma educação que não favorece as classes populares. Desta forma, pode-se dizer que a desmotivação dos alunos advém de fatores internos e externos a escola, os internos estão relacionados às condições de ensino, qualidade do ambiente escolar, didática dos profissionais da educação e falta de aparato tecnológico. Já os externos, como foi exposto, estão relacionados as condições socioeconômicas, ambiente familiar e também as próprias vontades individuais dos estudantes. Para que sejam traçadas medidas que visem reparar a educação é necessário ter uma visão criteriosa que possa condicionar reflexões sobre a evasão e principalmente observar os fatores externos aos agentes que estão dentro e fora da escola.

4 EVASÃO ESCOLAR NO CENTRO DE ENSINO PAULO FREIRE

Para caracterizar a evasão no C.E Paulo Freire foi aplicado um questionário com alunos/as que ainda eram frequentes, que identificou as razões pelas quais os/as estudantes sentiam-se desmotivados no ambiente escolar, na realização de atividades, no cumprimento de horários, e de forma geral com os estudos. A desmotivação escolar aqui é tratada como um conjunto de fatores que cooperam para a evasão. A temática é tratada sob o enfoque de teóricos. Os resultados são apresentados de forma quantitativa nos gráficos, e qualitativas com análise das respostas dos/as entrevistados.

4.1 A desmotivação como conjunto de fatores que antecede a evasão escolar

Vários fatores contribuem para a desmotivação escolar, Martins (2016, p. 62) aponta que “[...] a desmotivação é um fator negativo que muitas vezes está inserida na vida social do aluno, ocasionando seu fracasso tanto no ambiente, familiar, social e acadêmico”. Ou seja, a desmotivação perpassa diferentes questões e podem afetar várias instâncias da vida dos/as discentes. Se o problema ocorrer no meio familiar, pode sim, afetar o seu desenvolvimento na escola.

Este tópico tem o propósito de analisar as questões que antecedem a evasão escolar. As observações a estes fatores foram realizadas no período do estágio de licenciatura. Foi analisado que, na escola Paulo Freire uma boa parte dos alunos eram desmotivados com os estudos, além de terem dificuldades para realizar trabalhos e leituras em sala de aula. Em decorrência, foi aplicado um questionário descritivo com os alunos das séries 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, do ano letivo 2016, com a finalidade de evidenciar as causas da desmotivação. Dentre os resultados assinalados e descritos estão: metodologia dos professores, o trabalho, afazeres domésticos, ambiente escolar, família e gestão escolar.

O quadro seguir mostra o grupo de alunos/as:

Quadro 1 – Grupo de alunos

SERIE/TURMA	QUANTIDADE	HOMENS	MULHERS
1º/101	10	06	04
1º/102	12	05	07
2º/201	09	05	04
2º/202	09	04	05
3º/301	18	11	07
3º/302	13	07	06

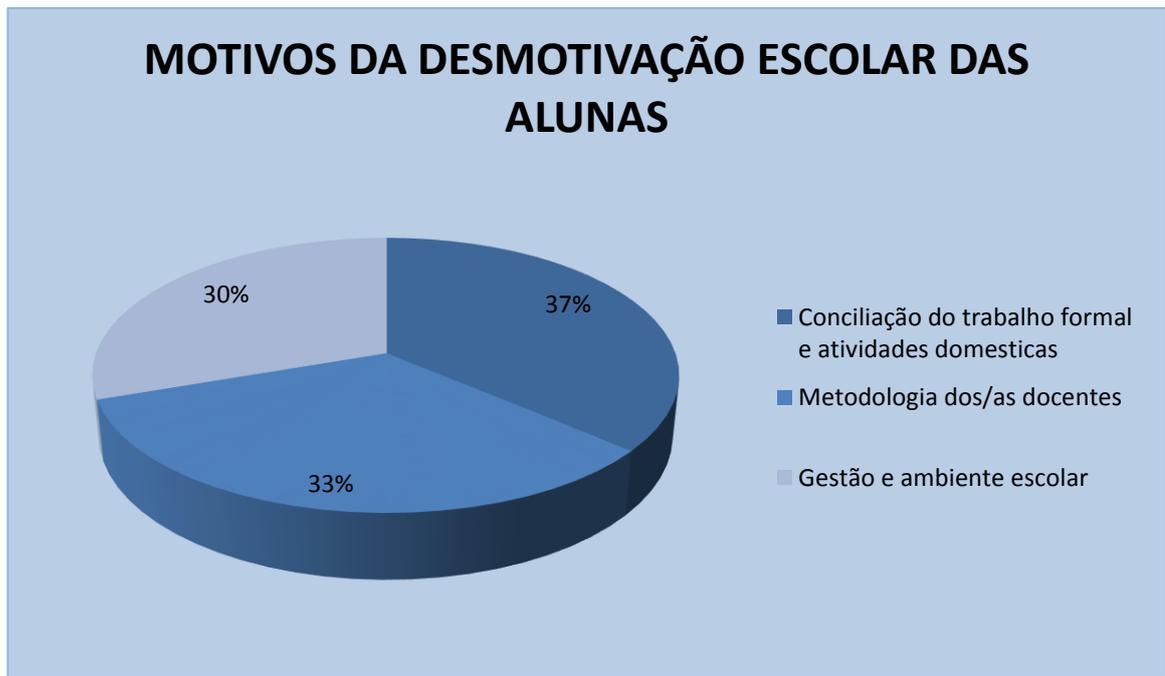
Fonte: elaboração da autora

Para obter os resultados desta parte da pesquisa foram aplicados 71 questionários. Observa-se que as turmas são relativamente pequenas, o terceiro ano é a turma com maior número de alunos /as frequentes. As turmas do segundo ano devido ao número ínfimo de aluno/as, a direção decidiu juntar as duas turmas em apenas uma sala de aula. Houve dias em que os professores não podiam lecionar devido à falta de estudantes.

As turmas do 1º ano, por serem menores, não houve dificuldades em lecionar, apesar de terem um número pequeno de estudantes, isto se torna algo favorável em alguns pontos. É mais fácil de manter o controle e poder ensinar os conteúdos, mas se torna complicado realizar atividades que seja necessário dividir a turma em grupos. A infrequência também dificultou as aulas, gerando atrasos em apresentações de seminários, aplicação de provas e avaliações, uma série de fatores que culminava na desmotivação com os estudos.

Os grupos de estudantes, cujo questionário foi aplicado, estavam matriculados no segundo semestre de 2016. O gráfico a seguir mostra os resultados obtidos do grupo das alunas:

Gráfico 1 – Fatores da desmotivação escolar das alunas



Fonte: elaboração da autora

Do total do número de alunas, 37% apontaram o trabalho fora de casa, às atividades domésticas, aos cuidados com a família, como causas da desmotivação, gerando atrasos e falta de tempo para realizar as atividades escolares. Como esta era uma realidade de boa parte das alunas, o trabalho com professora titular da disciplina, Maria Julia, buscou formas de avaliação para que estas não fossem prejudicadas mediante seus esforços em continuar com os estudos.

As mulheres, no geral, em nossa sociedade patriarcal, desempenham múltiplos papéis, vítimas de uma alarmante desigualdade de gênero na divisão sexual do trabalho. Estas questões só ganharam visibilidade depois de lutas dos movimentos feministas da década de 1970. No entanto, ainda são latentes as discrepâncias que desqualificam o trabalho feminino exercido nas diferentes instâncias no mundo do trabalho (SARDENBERG, 2004).

Segundo Furno (2015), a partir da teorização de Helena Hirata a divisão sexual do trabalho é a forma como o trabalho é dividido socialmente nas relações entre os sexos, (mais especificadamente nas sociedades capitalistas) os homens designados a esfera produtiva e ao espaço público, enquanto a mulher, ao trabalho assalariado e ao trabalho reprodutivo (atividades domésticas). Assim as oportunidades são diferenciadas, os salários desiguais, deixando os homens em uma posição de prestígio.

Diante das transformações sociais e principalmente econômicas as mulheres buscam seu aperfeiçoamento profissional, conseqüentemente acabam sobrecarregadas com a função de desenvolverem seus trabalhos produtivos e reprodutivos onde o primeiro se configura no âmbito do emprego formal e o segundo, no âmbito doméstico das atividades no cuidado com a casa e família (FURNO, 2015). Soares e Junior Soares (2014) apontam como as mulheres despendem mais horas do dia com afazeres domésticos:

As mulheres ainda são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e pelo cuidado dos filhos. Assim, muitas mulheres estão submetidas à chamada dupla jornada de trabalho, o que prejudica seu desempenho como trabalhadoras e mães. (SOARES JUNIOR; SOARES, 2014, p. 1)

A realidade das alunas da pesquisa não se configura apenas em uma dupla jornada de trabalho, mas tripla, pois, ainda estudam à noite. Amaral e Vieira (2009) destacam que essa tripla jornada deve ser entendida como a conciliação das atividades profissionais, familiares e educacionais.

Assim em busca de sua independência e aperfeiçoamento educacional, tendem a se submeter a sacrifícios, superando o cansaço e ainda sendo as principais responsáveis pelas atividades do lar. Segundo Soares (2008) de acordo com os dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), qualquer que seja a condição na família, as mulheres participam com mais intensidade, gastam um número de horas muito mais elevado do que os homens no desenvolvimento das tarefas domésticas. Como observaremos nos relatos das alunas a seguir:

Muitas vezes também por devido muitas coisas a fazer em casa, e os outros não me ajudarem, eu não dou conta de fazer tudo antes de vir pra escola, por isso falto muito. (aluna 1, 18 anos, 3º 302).

Trabalho fora mais sou dona de casa também, arrumo a casa, lavo louça, faço comida faço tudo, aí na hora de vim pra escola já fico muito cansada mais venho. (aluna 2, 26 anos, 3º 301)

Cuido da casa, e ainda cuido das crianças que mora comigo tiro um tempo pra almoçar e não tenho tempo de fazer tarefa escolar, quando chega a hora de ir pra escola fico muito cansada. (aluna 3, 18 anos, 2º ano, T 201).

Tavares e Barbosa (2015) esclarecem que a participação da mulher no mercado de trabalho, “não lhe tirou o “dever” da administração da casa e o cuidado com a família”. Esta relação de conciliação com o trabalho fora do ambiente doméstico e os estudos, configura uma jornada ainda mais exaustiva, como se observa nos relatos das alunas entrevistadas:

Como trabalho não tenho tempo para responder as atividades, fico cansada mas também não deixo de vim pra escola, não entrego as atividades em dia esse é meu problema. (Aluna 4, 18 anos, 3º ano, T302).

Comecei a trabalhar a pouco tempo e não é fácil, quando chego em casa cansada, vou fazer as coisas da casa e depois vou logo me deitar boto o celular pra despertar na hora de ir pra escola, só que tem dias que não consigo. (Aluna 5, 16 anos, 1º ano, T102)

Trabalho o dia inteiro quando chega o fim do dia fico cansada, chego arrumo casa e com isso fico desmotivada pra vim pra escola. (Aluna 6, 19 anos, 3º ano T302).

33,3% das alunas e 47,37% dos alunos apontam a metodologia dos educadores e gestão escolar como fatores que contribuem para a desmotivação na escola. 30,3% das alunas 21% dos alunos julgam o ambiente escolar ser um fator que também coopera para o problema. Martins (2016) ressalta “a equipe escolar deve ser um ponto de alicerce para seus alunos, considerando o emocional e a ansiedade do aluno, buscando sempre aperfeiçoar seu rendimento no ambiente escolar”. Ou seja, cabe a escola ao corpo docente, a gestão escolar, se preocupar em manter esse aluno na escola. Criando alternativas de aprendizagem e diagnosticando as necessidades dos/as estudantes.

No entanto, é de responsabilidade do Estado, manter as outras questões favoráveis, como a estrutura física dos prédios, acessibilidade, a merenda escolar, acervo na biblioteca, laboratório de informática, salas bem equipadas, porém sabe-se que esta não é a realidade do ensino público brasileiro. Fato este que pode favorecer a desmotivação nos estudos. Martins verifica que:

A desmotivação acontece quando há fratura no sistema de ensino da escola, fazendo assim com que haja desorganização, alunos desestimulados em aprender, perda de controle dos alunos na escola, chegando até mesmo ao que se chama baderna. Ou seja, isso irá acontecer quando as necessidades básicas não estão sendo supridas. (MARTINS, 2016, p. 11)

Atender aos estudantes deve ser o essencial para que estes não venham a desistir de concluir a educação regular, a mesma autora afirma que a escola e sua equipe são os que mais influenciam para motivação e desmotivação dos alunos. (MARTINS, 2016, P. 12). Assim são evidentes que os fatores internos caracterizam a evasão, na escola onde foi realizada essa pesquisa, os alunos relatam sobre o ambiente escolar:

Todos dizem não tenho preconceito, mas não demonstra o respeito e a compreensão de dizer oi pode contar comigo, sou seu amigo, então não é uma boa relação. (aluno 1, 18 anos, 1º ano T102)

A falta de consciência dos alunos sobre apelidos inapropriados fazem com que aumente a sensação de sofrimento e desconforto, tornando um local inapropriado para a aprendizagem. (aluno 6, 18 anos, 1º ano, T 101).

Neste caso, observa-se uma queixa dos alunos em relação ao preconceito que se faz presente em nossa sociedade e não é diferente no ambiente escolar. É necessário criar medidas reflexivas para os alunos, a favor de um saudável ambiente escolar. Martins (2016) evidencia que “a escola é influenciada e influencia a realidade social”. A escola não vai abranger as

diversidades existentes. Assim pode-se dizer segundo a teoria de Bourdieu e Passeron (2014) que a escola legitima as desigualdades existentes na sociedade, fazendo uma seleção de pessoas. Cavalcanti (2015) aborda dentro dessa teoria que:

Apesar de arbitrária, a cultura escolar seria socialmente reconhecida como a *cultura legítima*, a única universalmente válida. No entanto, para Bourdieu a conversão de um arbitrário cultural em *cultura legítima* só pode ser compreendida quando se consideram a relação entre os vários arbitrários em disputa em uma determinada sociedade e a relações de força entre os grupos ou classes sociais presentes nessa mesma sociedade. No caso das **sociedades de classes**, a capacidade de legitimação de um arbitrário cultural corresponderia à força da classe social que o sustenta. De forma equivalente, os valores arbitrários capazes de se impor como *cultura legítima* seriam aqueles sustentados pela **classe dominante**. Logo, para Bourdieu a cultura escolar seria a cultura imposta como legítima pelas classes dominantes. (CAVALCANTI, 2015, p. 2)

Como já foi citada anteriormente na pesquisa, a escola legitima uma única cultura, no caso a das classes dominantes. Um perfil de comportamento é traçado e deve ser seguido, logo os/as alunos /as das classes desfavorecidas não se enquadram nesse perfil e consequentemente são eliminados. No entanto, como vemos na fala do aluno nº1 entrevistado, a eliminação, o preconceito, já permeia desde o ambiente escolar, refletindo de forma concreta na sociedade.

Não sentir-se bem no ambiente escolar é um fator que soma para a desmotivação. Falar sobre esta questão envolve o relacionamento entre professores e alunos e entre os próprios alunos, a convivência com a gestão escolar e as estruturas físicas do prédio, quando falhas ocorrem nesses campos o processo de ensino e aprendizagem é afetada. Observam-se nos relatos dos estudantes alguns fatores que os desagradam na escola:

A escola não oferece um ambiente adequado, os banheiros mesmo são um nojo a noite.” (aluna 10, 19 anos, 3º ano, T 302).

Às vezes o que torna desagradável mesmo é os alunos mal comportado. (aluna 12, 28 anos, 2º ano, T 202)

Falta melhorar muita coisa aqui as salas são quentes, o ventilador não presta falta água isso tudo é muito ruim. (aluna 8, 31 anos, 1º ano, T 102).

O relato da aluna 12 está relacionado ao mau comportamento de alguns alunos, situação essa que além de incomodar, também atrapalha o processo de aprendizagem de outros. Lidar com essas situações não é fácil e muitas vezes fogem do controle das coordenadoras da escola. Palomares (2008) pontua que:

Essa conduta indesejada que antes basicamente se resumia a muito barulho, bagunça, discussões, com as mudanças sociais e as inovações tecnológicas, hoje incorpora uma dimensão muito maior como a utilização de celulares - que possibilitam a troca de mensagens, aparelhos de mp3, que atraem toda a atenção do aluno, tornando ainda mais difícil administrar esse problema, dentre outras manifestações como: entradas e saídas constantes da sala de aula, perguntas para desvalorizar ou provocar o professor

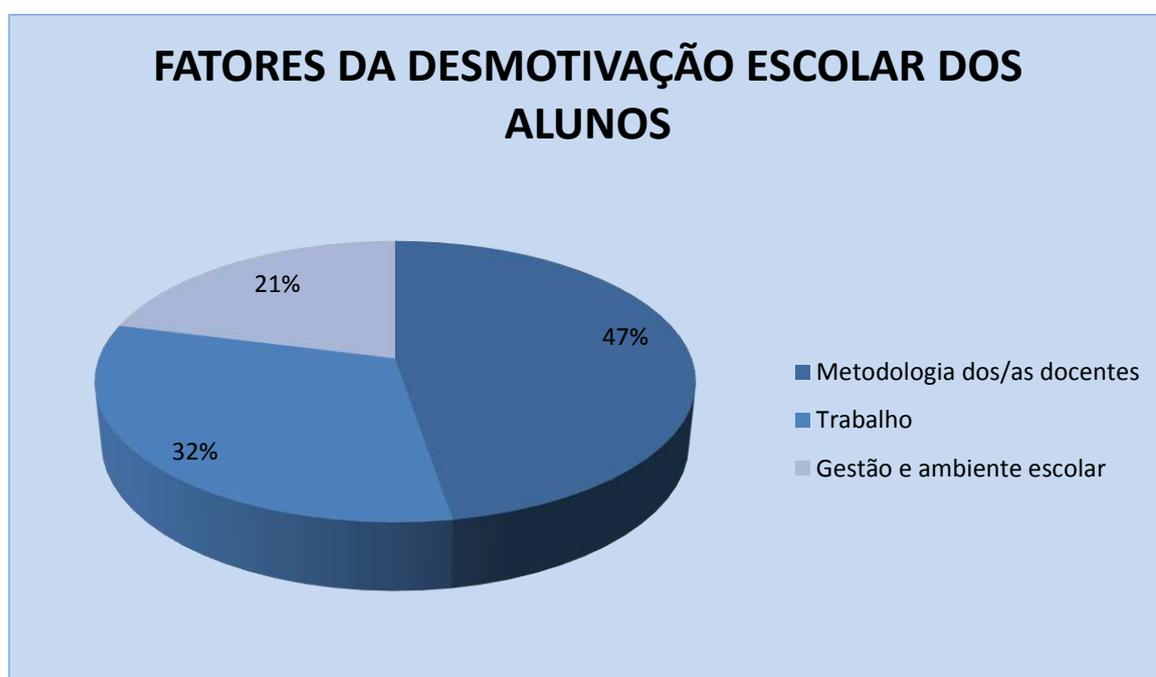
e em casos mais graves até agressões (verbal ou física). (PALOMARES, 2008, p. 2)

Tratar do mau comportamento é algo que se limita a vários aspectos, pois é necessário que os/as docentes tenham muita paciência para lidar com diversas situações, não só estes, mas também a equipe pedagógica da escola.

4.2 Metodologia de ensino e a desmotivação

O gráfico seguinte a faz referência aos resultados obtidos dos alunos, onde se verificou que a metodologia dos/as docentes é uma das causas mais apontadas da desmotivação.

Gráfico 2 – Motivos da desmotivação escolar dos alunos



Fonte: elaboração da autora

A metodologia dos/as professores, com o maior índice, de 47%, foi a mais ressaltada entre os alunos, não cabe aqui culpar os profissionais da educação, uma vez que a desvalorização profissional, e condições precárias de trabalho em algumas escolas refletem em sala de aula todo um conjunto de problemas presentes na educação brasileira, essa é uma discussão que se estende para além desta pesquisa. No entanto, os/as docentes são os principais mediadores de conhecimento e devem gerar uma relação entre os conteúdos e a realidade de vida dos discentes, buscando novos métodos de aprendizagem, estimulando o interesse em aprender. Palomares (2008) diagnosticou em seus trabalhos que:

Frente à situação atual da educação (gestão pública ineficiente, desvalorização da profissão, precária formação do educador, interesses corporativistas, etc.), os professores sentem-se cada vez mais frustrados e desanimados e, nesse sentido, a motivação age como fator inibidor da criatividade do trabalho docente. A qualidade do ensino está, entre outros, relacionada ao estímulo dos professores. A escola tornou-se um espaço de repetição, um ciclo vicioso: onde os professores não inovam, pois os alunos são desinteressados e não prestam atenção nas aulas, e os alunos, por sua vez, não demonstram interesse, uma vez que consideram as aulas cansativas e pouco dinâmicas. (PALOMARES, 2008, p. 14)

A qualidade do ensino e desenvolvimento dos/as docentes em sala de aula está relacionada a uma teia de fatores negativos que afeta de forma direta o processo de ensino e aprendizagem. A falta de estímulo torna as aulas pouco interessantes para os estudantes, estes por sua vez, se sentem cansados da monotonia das aulas, conforme mostra os relatos.

Os professores devem se adequar as novas metodologias de ensino e aprendizagem, novos recursos, o computador uso de internet, laboratório e oficinas. Não fiquem atrelados a métodos como só no quadro por exemplo. (Aluna 15, 28 anos, 3º ano, T 302).

Nem todos os professores sabem entender que o fato que você escolhe estudar a noite é por motivo de você não ter tempo de estudar o dia, ai o que eles fazem é só chamara a atenção e não vê que desse jeito dessa forma não vão estar ajudando a gente. (aluno 2, 18 anos, 1º ano, T101).

Um dos professores sua disciplina é ótima matemática, mais precisa-se que o educador se exponha em ser mais claro a turma mais paciente pra mim poder entender sua matéria e o conteúdo. (Aluno 3, 19 anos, 3º ano, T 301).

Muitos dos professores falam de tudo o que eles fazem não consigo entender nem a metade, e muitos deles não trazem inovação é sempre bom inovar mas alguns não fazem isso. (Aluno 4, __, 3º ano T 302).

Alguns professores não usam metodologias boas e que atraia os alunos para a escola, isso torna as aulas muito sem graça. (Aluno nº5, 18 anos, 2º ano, T 201).

A falta de aula prática muitas vezes cansa o aluno quando o jovem já trabalha, não sabe para que serve algumas matérias, as aulas são chatas pela forma que apresentam o conteúdo se torna repetitivo, falta de criatividade nas aulas que se tornam sempre do mesmo modo, seria bom que educadores e diretores se unissem para um planejamento melhor das aulas, trazendo mais tecnologia na hora de ensinar para que os alunos desenvolvessem seu pensamento e aumentar a criatividade.” (Aluno 6, 18 anos, 1º ano, T 101).

O aluno 6 enfatiza a necessidade de aulas diferenciadas, apontando suas insatisfações e até mesmo as soluções do problema. Este é um reflexo do ensino público. Ao observar essa insatisfação dos discentes durante o estágio, e tendo consciência da reprodução e imposição da cultura das classes privilegiadas no âmbito escolar, foram trazidas inovações para as aulas, com intuito de que os/as estudantes pudessem sentir-se identificados e valorizados na escola. Por exemplo, foi percebido a de no ato das leituras e em relação ao uso do livro didático, pois, os/as alunos/as dificilmente o levavam para aula. Buscamos mudar o sentido da metodologia tradicional, as leituras passaram a ser realizadas em rodas de conversas, os

conteúdos eram passados no projetor de multimídia, resumiam-se os assuntos, abordando as sínteses das teorias sociológicas, isso tornou as aulas menos cansativas, e mais participativas.

Fez-se uso de músicas do gosto deles e oficinas para entreter, tornando a aprendizagem mais dinâmica, não deixando o saber concentrado, unicamente, na figura do educador, dando-os a oportunidade de produzirem e participarem, mostrando que poderiam aprender se relacionassem as teorias a suas experiências práticas.

Quando os/as discentes conseguem fazer isso, a construção do conhecimento é mais flexível, adquirindo assim uma capacidade autônoma de se expressar e ter sua própria opinião crítica acerca das conjunturas. Contudo, a falta de leitura dificultava as discussões nas aulas, mas ao incorporar uma leitura expositiva dialogada, a participação e apreensão dos conteúdos ministrados tornaram-se mais fluida e clara. Esses fatos tornaram o ensino de sociologia diferenciado, notando uma progressão nas médias do semestre dos/as estudantes. Alguns momentos registrados abaixo:

Figura 1- Aula com projetor de mídia



Fonte: Aguiar, 2017

Figura 2 – Roda de conversa



Fonte: Aguiar, 2017

Tornar o ambiente escolar atraente e as aulas interessantes se converte em um desafio diante dos percalços da educação pública, as questões se estendem para além da estrutura das escolas. Os conteúdos exaustivos onde muitas vezes os/as educandos não sabem como aplicar ou até mesmo não lhe dão a devida importância, condiciona um nível de desinteresse em sala de aula, por isso dada importância ao uso de métodos diferenciados.

Os alunos assim como as alunas também enfatizaram o trabalho como uma condição que contribui para a desmotivação, sendo o único tempo disponível o período noturno, portanto, executam duas atividades: estudar e trabalhar. Enquanto a maioria das alunas, além de trabalhar, realizam os afazeres domésticos e estudam.

Por pertencerem a uma determinada classe social, estes alunos caracterizam o ensino noturno. Sendo estes os mais pobres, alguns com histórico de repetência, a necessidade em ter que trabalhar torna essa etapa da vida ainda mais árdua e desgastante.

Terribelle (2006) esclarece, o trabalho da forma como está sendo exercido ao ser conciliado com o processo de escolarização “com longas jornadas, em sua maioria mais de oito horas por dia, ou seja, trabalho precário, não está cumprindo sua função que é de formar indivíduos autodeterminados”. Ou seja, o trabalho nessas condições antecipa a etapa da vida. O que seria uma atividade para ser desenvolvida após a conclusão dos estudos e com algum grau de instrução, acaba se tornando uma rotina às vezes inconciliável com a escola.

Este quadro se estende para as estruturas da sociedade, formando um ciclo de desigualdades cada vez mais acentuadas tipificando quem ocupa determinados espaços como, por exemplo, alguns cargos de emprego. Bourdieu e Passeron esclarecem:

[...] É ao longo da escolarização, e particularmente durante as grandes transições da carreira escolar, que mais se exerce a influência da origem social: a consciência de que os estudos (e sobretudo alguns) custam caro e de que há profissões que nas quais não se pode entrar sem algum patrimônio. (BOURDIEU; PESSERON, 2014, p. 29)

A escolarização, que parece ser uma chance de ascensão para uns, funciona como um processo de eliminação para outros, visto que os/as jovens das classes desfavorecidas, além de não terem as mesmas oportunidades, também não tem acesso aos mesmos artifícios das classes mais elevadas, a possibilidade de fazer um curso profissionalizante ou de língua estrangeira, ter alguma outra qualificação e até mesmo manter contato e participação em eventos culturais, fica totalmente restrita as condições econômicas.

A escolha por estudar a noite acaba sendo a única alternativa para muitos jovens, a responsabilidade por sua subsistência, e dificuldades econômicas “faz o ensino noturno ser a trajetória de vida das famílias da classe de trabalhadora” (CARVALHO, 1997). Dentro da mesma dimensão teórica de Carvalho sobre a conciliação entre trabalho e ensino noturno, a pesquisadora Terribelle ressalta que:

O trabalho é visto como uma atividade para a aquisição de mercadorias, enquanto a escola é vista como um meio para ascensão social, consideramo-no como uma

atividade moralizadora e que permite a aquisição de mercadorias. (TERRIBELLE, 2006, p. 24)

A necessidade em trabalhar soa como uma obrigação, onde para muitos jovens não há outra saída, no entanto as duas funções executadas resultam no desânimo, reprovações e no extremo dos casos na evasão, essa última que vem a favorecer um crescente índice de mão de obra desqualificada no mercado de trabalho. Uma que o (a) jovem não possui a qualificação exigida.

Segundo os dados da OIT (2015) (Organização Internacional do Trabalho) em 2008 na 1ª Conferência Nacional de Juventude, foi aprovada a proposta de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários, com o objetivo de facilitar a conciliação de estudo, trabalho e vida familiar para os jovens trabalhadores. Porém, nenhum programa ou política pública foi desenvolvido nessa direção.

Nem mesmo a Legislação Trabalhista contempla o (a) estudante-trabalhador acima de 18 anos, a redução das jornadas de trabalho ou possíveis acordos fica a disponibilidade do empregador. Já que só o trabalhador jovem da categoria Aprendiz tem uma jornada de trabalho de até seis horas conforme a CLT. Desta forma como o jovem precisa do seu emprego, a escola entra em segundo plano.

A jornada, trabalho e escola também deixam os discentes propensos a não terem um bom rendimento dos conteúdos. A falta de tempo para se dedicar as atividades escolares e o cansaço são os fatores mais mencionados, seguem os relatos:

Devido a minha rotina de trabalho às vezes fico exausto, isso atrapalha o meu desenvolvimento, desestimula. (aluno 6, 18 anos, 3º ano, T 301).

Chego tarde e o cansaço é grande me da vontade é de deitar e dormir. (aluno 7, 18 anos, 3º ano, T 302).

Trabalho no pesado e isso me atrapalha muito na escola. (aluno13, 20 anos, 1º ano, T 101).

Trabalho das 06:00 h as 18:30 da noite, o dia todo debaixo de pressão e no sol quente direto cansado, um mal humor gigante e o corpo só pede pra descansar. (aluno 11, 18 anos, 3º ano, T 302).

O trabalho às vezes me atrapalha, mal da tempo de ir pra escola, com força de vontade da pra fazer umas atividades. (aluno10, 23 anos, 1º ano, T 201).

Segundo Terreblle (2006), nesse turno há um aproveitamento reduzido por parte dos alunos, pois os professores acreditam na impossibilidade de se exigir mais desses estudantes. Este fato era bem comum durante o estágio, geralmente os estudantes já não tinham

tanta disposição em sala de aula, por eles trabalhar durante o dia e estudar a noite, a indisposição deles de certa forma tinha influência sobre o comportamento dos educadores e conseqüentemente interfere na aprendizagem.

Com a análise, das respostas dos/as discentes observa-se que as razões da desmotivação escolar estão relacionadas a fatores internos e externos a escola. A conciliação entre trabalho e escola caracteriza a vida de jovens do ensino noturno. Sendo esta uma das condições mais apontada como causa da desmotivação durante as aulas, a metodologia dos professores também contribui para tal fato. É interessante observar que os alunos não apontaram os afazeres domésticos como algo que os atrapalhem na escola, pois no questionário tinham as mesmas perguntas para ambos, o que confirma uma desigualdade que afeta as mulheres nas diversas estruturas da sociedade.

5 CARACTERIZANDO A EVASÃO NA ESCOLA

Este capítulo trata da descrição de dados obtidos nos dossiês dos/as estudantes evadidos. Os documentos continham a escolarização, profissão e locais de moradia dos pais, mães e estudantes, a partir desse levantamento foram feitas algumas relações. E no último item 5.2 estão os resultados dos oitos questionários aplicados com os/as discentes que desistiram da escolarização, e esclarecem os motivos da evasão.

5.1 Descrições do quadro de evadidos/as

Esta parte da pesquisa se propõe analisar as informações do grupo de aluno/as que desistiram dos estudos no ano letivo de 2016, os dados que serão apresentados foram colhidos dos dossiês e histórico escolar, disponibilizado pela diretoria da escola. Ao todo foram 38 (trinta e oito) evasões, sendo 26 (vinte e seis) homens e 12 (doze) mulheres, do total de evadidos, somente com 12 (doze) se teve contato e desses, apenas com 8 (oito) foi aplicado questionário. As observações no campo de pesquisa começaram no segundo semestre do ano letivo, neste período a maioria desses discentes já estavam infrequentes.

No dossiê se encontra o nome completo dos alunos, com idade, data de nascimento, endereço e números de telefone, informações sobre responsáveis, pais e mães, naturalidade, profissão e escolaridade dos mesmos, além, doutros dados importantes sobre o comportamento, faltas e pedidos de transferência para outra escola. É importante ressaltar sobre a imperfeição do dossiê que, em alguns casos, havia dados faltosos, a notar, a escolaridade do pai e da mãe. Este documento utilizado foi de grande relevância para a concretização da pesquisa, pois mesmo não sendo possível entrevistar todos/as evadidos/as pôde-se trabalhar com as informações obtidas.

No quadro foi dada ênfase aos locais de moradia dos/as estudantes que saíram da zona rural do estado do Maranhão e moram em áreas periféricas, consideradas marginalizadas devido à estratificação social, falta de recursos básicos e saúde, também, conflitos em relação ao uso e tráfico de drogas nos bairros que configuram essa situação na pesquisa, são: Vila Luizão, Devinéia, Sol e Mar e Parque Araçagi. Segundo Ávila (2006) os bairros periféricos são assim classificados por estarem distante do centro e dos locais de trabalho de seus moradores. Neste trabalho os bairros estão longe do centro, não apenas geograficamente, mas de acordo com Álvaro Domingues (1996) “a distância ao centro, é assim, uma distância sociológica a um centro, sendo este definido pela diversidade e pela densidade das relações sociais, pela

intensidade da vida cívica, pelo acesso a informação, pela aglomeração de recursos culturais, e econômicos” os bairros com população baixa renda da pesquisa possuem essas características.

Nessa perspectiva, Turu, Planalto Turu, Habitacional Turu, e Araçagi, são configurados também como periferia por estarem situados longe do centro de São Luís, porém, as populações tendem a ter uma renda econômica mais elevada, por este fato, será usado na tabela 1 e 2 a classificação “Bairro periférico com população baixa renda, e “Bairro periférico com população de renda média ou alta”. Entretanto, vale enfatizar que, mesmo o bairro do Araçagi, tendo uma configuração valorizada, em seu território existem áreas de ocupação irregular, onde os moradores estão desprovidos de atendimentos básicos para um ambiente digno de moradia.

Embora exista proximidade territorial entre Divinéia e Turu, as fronteiras das desigualdades são claras, para explicar esse fato, cabe usar a teoria de Baumam (1998), pois segundo o sociólogo todas as sociedades produzem estranhos que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo, os agentes sociais tornam tênues as linhas de fronteiras que devem ser claramente vistas. Existe uma transição de moradores nos bairros. No Turu, estão localizadas duas escolas públicas estaduais que atendem a demanda estudantil dos bairros da Divinéia, Sol e Mar e Vila Luizão. Ao observar as relações estabelecidas entre as pessoas nesses bairros, pode-se supor quem são os moradores que residem e os que estão de passagem. Além de estudantes, existe uma demanda de trabalhadores/as domésticos advindos desses bairros também.

Partindo das questões sociológicas do chamado “efeito-território” (ANDRADE; SILVEIRA, 2013) que é compreendido como os “benefícios ou prejuízos socioeconômicos que atingem alguns grupos sociais em função da sua localização no espaço social das cidades”, ou seja, que podem contribuir, ou não, para a reprodução da pobreza e da desigualdade social. Em relação a esta pesquisa, foi observado que os/as estudantes que residem nas áreas mais distantes como o Parque Araçagi e Araçagi, eram prejudicados pelo fato da escola estar distante de suas residências, e no período noturno era ainda mais complicado, chegavam atrasados nas aulas. Alguns não tinham condições financeiras de arcar com passagens diárias de ônibus; ainda segundo a autora e autor, o efeito-território não funciona como uma ação determinista sobre as relações sociais, mas serve para investigar as inter-relações entre as características dos espaços (tais como infraestrutura urbana, vizinhança, oferta de serviços) (ANDRADE; SILVEIRA, 2013, p. 281).

Abaixo está o quadro 2 com dados de alunos que nasceram na zona rural do estado do Maranhão e residem em bairro periférico com população baixa renda, e bairro periférico com população de renda média ou alta de São Luís - MA:

Quadro 2 – Nascido/as na zona rural e residem em bairros com população baixa renda e renda média a alta

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	SEXO	NATURALIDADE	LOCAL DE MORADIA	SÉRIE/ TURMA
Aluna 1	19	F	Humberto de Campos	Planalto Anil	1º/101
Aluno 2	19	M	Bacurituba -	Parque Araçagi	2º/201
Aluna 3	22	F	Sucupira do Norte	Turu II	3º/301
Aluno 4	18	M	Bacabal	Vila Luizão	1º/101
Aluna 5	24	F	Icatu	Planalto Turu II	3º/301
Aluna 6	22	F	Cajapio	Araçagi	3º/301
Aluno 7	19	M	Santa Helena	Habitacional Turu	3º/301
Aluna 8	19	F	Pirinã -Belágua	Planalto Turu I	3º/302
Aluna 9	21	F	Urbano Santos	Vila Luizão	2º/202
Aluno 10	19	M	Urbano Santos	Divinéia	1º/102
Aluno 11	18	M	Graça Aranha	Divinéia	1º/102
Aluno 12	23	M	Bacabal	Araçagi	3º/301

Fonte: elaboração da autora

Foi observado algo em comum entre o aluno nº 2, e alunas nº5, nº 3, nº 6, nº 8, todos tem naturalidade da zona rural do estado do Maranhão, e residem nos bairros considerados não periféricos, onde os moradores possuem melhor poder econômico, nesses casos, os números de telefones para contato e nome do responsável estavam descritos como sendo de “patrões”. Este fato indica, no caso das alunas, elas residiam e trabalhavam como domésticas no mesmo local, logo, não houve conciliação entre estudos e trabalho. É importante frisar que o trabalho

doméstico está inserido numa categoria subalternizada, Cruz (2011) aponta que o “trabalho doméstico como uma atividade remunerada é uma das atividades mais desvalorizada socialmente, concentrando uma série de aspectos excludentes, como baixa remuneração, ampla jornada de trabalho e contratação as margens da legalidade”.

A pesar da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das domésticas, lei que regulamento condições e amplia direitos trabalhistas da categoria, ter sido aprovada em 2015, o caráter servil e de exploração ainda prevalece, devido a forte influência das hierarquias sociais estabelecidas desde o regime escravocrata no período colonial, nas palavras de Muniz:

A regulamentação do trabalho doméstico gerou tanto ressentimento porque tocou numa das chagas ainda abertas deixadas pela escravidão no país. A desqualificação dos serviços domésticos, a subalternidade dos trabalhadores doméstico e a exclusão dessa categoria da cidadania e do Estado de direito é um resultado direto de nosso passado escravista. (MUNIZ, 2017, p. 22)

Essa problemática apresentada nessa parte do trabalho é um reflexo da vida de muitas jovens brasileiras, que saem do seu local de origem para residir nas grandes cidades, com a intenção de estudar e trabalhar, entretanto, sem qualificação profissional, o emprego doméstico acaba sendo uma saída. No entanto os/as empregadores/as acreditam que estejam fazendo um “favor” ou dando uma “oportunidade” para essas mulheres, que trabalham em condições de exploração. Ao entrar em contato com um dos números informados da aluna nº 3, para aplicar o questionário sua ex-patroa, informou:

Ela saiu da minha casa em 2015, saiu porque estava aprontando muito, e sempre mostrei a ela que nem toda casa deixava estudar, mas infelizmente esses jovens de hoje não pensam. A irmã dela que me ofereceu ela, eu pagava o salário e ela ainda estudava, mas não soube aproveitar a oportunidade. Mas me aprontou muito.

Observa-se na fala que ela usa o termo “deixava estudar”, isto já demonstra uma relação de poder sobre a empregada, sendo este um fato peculiar da profissão, em alguns casos.

Tratamos agora a relação dos alunos nascidos na zona urbana de São Luís e em outros estados brasileiros, que residem em áreas com população baixa renda e renda média a alta.

Quadro 3 - Alunos/as nascidos/as na zona urbana de São Luís

NASCIDOS NA ZONA URBANA E RESIDEM EM	TOTAL
Bairros periféricos com população baixa renda	19
Bairros periféricos com população, de renda média ou alta	02

Fonte: elaboração da autora

Quadro 4 - Alunos/as nascidos/as em outros estados

NASCIDOS EM OUTROS ESTADOS E RESIDEM EM	TOTAL
Bairros periféricos com população baixa renda	02
Bairros periféricos com população, de renda média ou alta	03

Fonte: elaboração da autora

O número de evadidos nascidos na zona urbana é bem maior, em relação aos nascidos na rural, como se vê acima. Existe uma discrepância em relação ao lugar de moradia, a maior parte dos/as estudantes evadidos/as residem nas áreas periféricas de população baixa renda, esses bairros são marcados pela violência e desigualdade social, assim, muitos adolescentes ficam vulneráveis a criminalidade, fator agravante para a evasão. O resultado dos alunos nascidos em outros estados não é tão significativo.

Quadro 5 - Escolarização de pais e mães de alunos/as da zona rural

MODALIDADE DE ENSINO	TOTAL
Ensino fundamental incompleto	2
Ensino fundamental completo	5
Ensino médio completo	1
Semianalfabeto	4
Não informado	12
Analfabeto	0

Fonte: elaboração da autora

O nível de escolarização desses pais e mães dos/as estudantes advindos da zona rural é baixa, isto implica na profissão deles como é observado na tabela nº 4. É importante frisar que nos resultados adquiridos existe uma relação entre a escolaridade e a profissão desses pais, com fundamental incompleto: (1) trabalhador de serviços gerais, (1) doméstica. Com ensino fundamental completo: (2) pais lavradores, (1) pai autônomo, (2) mães lavradoras. Ensino médio completo: (1) pai funcionário público, nota-se que neste caso a única pessoa com ensino médio completo tem uma profissão de prestígio em relação às demais. Semianalfabetos: (1) pai vaqueiro, (1) pai lavrador, (1) mãe lavradora, (1) mãe dona de casa. Profissão dos que tiveram a escolaridade não informada: (2) pais lavradores, (1) pai serviços gerais, (1) mãe lavradora, (1) mãe dona de casa. Dois (2) pais e cinco (5) mães com a escolaridade não informada no dossiê dos/as filhos/as.

Quadro 6 - Profissões de pais e mães de alunos/as da zona rural

PROFISSÃO	TOTAL
Lavrador/a	9
Serviços gerais	2
Vaqueiro	1
Funcionário público	1
Autônomo	1
Dona de casa	2
Doméstica	1
Não informado	6

Fonte: elaboração da autora

Sabe-se que o sistema de ensino nessas localidades rurais é ainda mais precário, as escolas geralmente não tem condições básicas de atender a população. Desta forma os jovens se deslocam para zona urbana, buscando concluir os estudos, porém, a cultura escolar que é imposta, bem diferente da sua cultura familiar. A importância que estes podem atribuir à escolarização expressa o valor que eles devem a posição social, como Bourdieu destaca:

As atitudes dos membros das diferentes classes sociais, pais ou crianças e, muito particularmente, as atitudes a respeito da escola, da cultura escolar e do futuro oferecido pelos estudos são, em grande parte, a expressão dos sistemas de valores implícitos ou explícitos que eles devem a sua posição social. (BOURDIEU, 2015, p. 51)

Esta análise serve para explicar porque os/as estudantes das classes populares têm dificuldades para conquistar o êxito escolar, pois, geralmente os seus pais não possuem um alto nível de escolarização, o seu meio familiar e sua classe social, atribuem valores diferentes a escola, do que os estudantes das classes abastadas.

Quadro 7 - Escolarização de pais e mães de alunos/as da zona urbana

MODALIDADE DE ENSINO	TOTAL
Ensino fundamental incompleto	7
Ensino fundamental completo	2
Ensino médio completo	3
Ensino Superior	1
Não informado	28
Analfabeto	1

Fonte: elaboração da autora

Pelos dados é facilmente perceptível que a média do nível de escolaridade de mães e pais dos/as alunos/as é relativamente baixa também, embora na zona urbana o acesso à educação escolar seja mais fácil, em relação à quantidade de escola, isto não se torna um fator que venha facilitar a ascensão dos/as filhos/as na escola.

Profissão com a modalidade de ensino fundamental incompleto: (3) mães domésticas, (1) lojista, (1) cabelereira, (1) pai garçom e (1) pedreiro. Profissões modalidade de ensino fundamental completo: (1) mãe cabelereira e (1) metalúrgico. Profissões modalidade de ensino médio completo: (1) pai guarda municipal, (1) técnico de equipamentos, (1) doméstica. Profissão com modalidade de ensino superior: (1) mãe professora. Profissões sem modalidade

de ensino informada: (3) dona de casa, (1) diarista, (2) autônoma, (1) comerciante, (2) pedreiro, (2) motorista, (1) mecânico, (1) servente, (1) comerciante.

Contudo, a maior diferença entre o quadro de profissões dos pais e mães da zona urbana e rural é a categoria de trabalho na lavoura, o que era de se esperar, pois está é uma das formas de reprodução física e social dos trabalhadores rurais, a categoria profissional em relação ao nível de escolarização, afirma o baixo capital econômico e cultural e social, logo a transmissão desse capital para os/as filhos/as também será baixa ou nula, o que dificultará a assimilação da cultura escolar. Os dados mostram que, das 38 evasões, apenas a mãe de um aluno tem ensino superior, sobre a influência da família no êxito escolar Boudieu pontua:

As mesmas condições objetivas que definem as atitudes dos pais e dominam as escolhas importantes da carreira escolar regem também as atitudes das crianças diante dessas mesmas escolhas e, conseqüentemente toda sua atitude com relação à escola. (BOURDIEU, 2015, p. 52)

Pelo que foi exposto, consegue-se caracterizar que grande parte dos pais e mães de alunos/as que se evadiram, possuem um baixo nível de escolaridade, este pode ser um dos fatores que também contribui para a evasão, vez que, os/as educandos não encontram no meio familiar motivação a cultura escolar. Ou seja, a relação dos estudantes das classes populares com escola é totalmente diferente dos alunos das classes favorecidas, onde desde o início da vida escolar são estimulados a ver a escolarização com um ascendente social.

5.2 Fatores específicos da evasão na escola

Não foi possível entrar em contato com todos que se evadiram, o questionário teve por objetivo analisar quais fatores estavam distanciando os/as discentes da escola. Compreender a evasão escolar sob uma perspectiva sociológica nos permite uma reflexão ao meio social que os indivíduos estão inseridos, e não somente as questões subjetivas, para Batista, Sousa e Oliveira (2009), os fatores externos a evasão são, na maioria dos casos de natureza socioeconômica. Este último esteve em destaque no resultado obtido por meio do questionário aplicado.

Quadro 8 - Alunos/as evadidos/as que foram aplicados questionário

Identificação	Idade	Sexo	Série/turma
Caso 1	22	F	3º/301
Caso 2	20	M	1º/101
Caso 3	20	M	2º/201
Caso 4	26	M	1º/101
Caso 5	21	M	2º/201
Caso 6	20	M	3º/302
Caso 7	21	M	2º/201
Caso 8	21	M	2º/201

Fonte: elaboração da autora

Em todos os casos os/as estudantes tiveram o ensino fundamental em escolas públicas, é notável que a idade é avançada em relação a série de escolarização, isto indica que tiveram reprovações, este fato coopera consequentemente na desmotivação em sala de aula, um aluno apontou esse motivo como causa da evasão:

Tive dificuldades em permanecer na escola por conta das reprovações, já estava muito atrasado isso era ruim. (Caso 5, 21 anos).

A questão da inserção no mercado de trabalho esteve presente como causa da evasão, o que já era de esperar, pelo que foi diagnosticado no questionário aplicado com os/as estudantes que ainda frequentavam a escola, sobre a dificuldade da conciliação escola e emprego, e se enfrentam dificuldades devido a não conclusão do ensino médio, os mesmos relatam:

Parei por causa do trabalho e mulher, trabalho agora como vendedor. (caso 3, 20 anos).

Tive dificuldades por causa do trabalho... trabalhava na loja na feira, chegava muito cansada era umas 19:40 não tinha mais como ir. (caso 1, 22 anos).

Tive que trabalhar pra mim manter moro só com minha mãe ai também tem as reprovações porque larguei a escola mais minhas notas eram boas, tenho dificuldades por ter deixado a escola, meu emprego não é muito bem remunerado.(caso 4, 26 anos).

Trabalho de pintor, sai da escola porque passei um momento difícil essas coisas de jovens que eu acho que a senhora deve entender, tava morando com meu pai, ele era aposentado mas eu tinha que trabalhar, mesmo meus pais mim ajudando eles nem sempre dão tudo aquilo que a gente quer né também teve a influência das amizades, [...] eu também tenho dificuldades porque não terminei o estudos. (caso 6, 20).

Algumas respostas enfatizam a dificuldade que enfrentam por terem deixado a escola, esta, que é mesma instância a qual a sociedade lhe atribui a condição para ascensão

social é a mesma que exclui por ter um caráter de igualdade ao tratamento de todos, oculta as desigualdades sociais que cada estudante já traz consigo e, principalmente, desvaloriza a cultura das classes populares, Bourdieu (2015) ressalta que o sistema de ensino transmite e exige uma cultura aristocrática. Isto prejudica os que já são desfavorecidos, como vemos neste caso, o aluno atribui à escola o motivo da evasão:

Trabalho na lavoura, deixei a escola porque tinha que trabalhar as vezes a gente tá na escola e daí surgiu outras coisas na vida que faz a gente abandonar os estudos, a escola devia ajudar mais, eu não entendia muitas coisas das aulas aquilo tirava minha vontade de estudar. (caso 2, 20 anos)

As relações sociais, ou como os alunos destacaram; “as influências das amizades”, também foi mencionada:

Sai da escola por causa do trabalho, mais também teve as amizades que influenciou de forma ruim minha convivência na escola. (caso 7, 21 anos)

Fiquei sem vontade de ir pra escola mais por causa das amizades da rua, as coisas que eu andava fazendo. (caso 8, 21 anos)

A aplicação do questionário e observações feitas no dossiê dos/as estudantes também buscou identificar como a reprodução da cultura das classes dominantes na escola, influência diretamente na evasão escolar. Os resultados demonstraram que o estado do capital cultural dos/as estudantes foi relativamente baixo, nenhum dos/as estudantes afirmaram frequentar, museus, exposições culturais, ou ler livros, também não possuem certificados de cursos. Relacionado com a explicação de Borges (2015) o capital econômico diz respeito ao poder aquisitivo da família que pode ser destinado à educação; o social refere-se aos relacionamentos influentes mantidos pela família; e o capital cultural institucionalizado se refere à formação escolar dos membros da família. Conclui-se que uma teia de fatores coopera para a evasão escolar dos estudantes, da pesquisa, tal qual, desses, nota-se: baixa escolaridade familiar e baixa renda econômica.

Contudo, pode-se aferir que a evasão escolar, não está relacionada somente às questões individuais, mas com a forma como o sistema de ensino transmite a educação, valorizando a cultura das classes abastadas, que é legitimada, e tratando de forma igual os desiguais, acaba desinteressando os/as estudantes das classes populares que não se identificam no ambiente escolar.

6 CONCLUSÃO

Diante do discurso que prevalece sobre a evasão escolar, onde os motivos estão apontados como sendo individual, a culpa recai sobre o aluno que “não quer estudar”. Os resultados da pesquisa demonstram que no C.E Paulo Freire, a razão específica, está no fato dos/as discentes terem que conciliar trabalho e escola, onde, nesse caso, a conciliação não tem êxito, pois a necessidade de inserção no mercado de trabalho tira os/as estudantes da sala de aula.

O questionário aplicado com alunos/as que eram frequentes deu uma dimensão do problema na escola, pois, a metodologia de ensino, a instituição escolar, se tratando também da estrutura física e gestão, não estava correspondendo às poucas expectativas, todos esses fatores ocasionam na desmotivação com os estudos. Isto se torna um desafio igual para os/as educadores que, diante do problema, também se sentem desanimados durante a aula, gerando um ciclo vicioso, onde um, se desmotiva com a escola e ensino, e outro, com as políticas educacionais e condições de trabalho que não o valoriza.

A perspectiva sociológica na pesquisa permitiu a compreensão dos fatores externos aos indivíduos, que podem ser: sociais, econômicos e políticos, que contribuem para a evasão. Na medida em que essas reflexões críticas forem feitas, menos estigmas sobre os/as jovens e adolescentes que estiverem nessa condição serão perpetuados na sociedade.

A evasão é um problema que está presente na educação pública, atingindo diretamente as classes populares, vez que esta classe não tem a sua cultura representada na cultura escolar. A família também coopera para o êxito ou insucesso dos estudantes, em parâmetro com a pesquisa, a escolaridade dos pais e mães dos estudantes evadidos foi baixa, o que agrava para evasão.

Como foi evidenciado, durante a pesquisa usando as teorias de Bourdieu e Passeron a escola é o campo de reprodução e legitimação da cultura das classes dominantes, enquanto os alunos advindos da classe popular terão que assimilar essa cultura escolar. A escola é a continuação da cultura adquirida no meio familiar das classes abastadas, o que se pode julgar como os dons naturais dos estudantes dessa classe, nada mais é, do que uma vida de privilégios. Assim às chances de êxito escolar para os desprivilegiados é reduzida, e segue a uma sucessão de dificuldades, pois sem a escolarização, provavelmente, não terão bons empregos nem

ascensão econômica e, muito menos, possibilidades ao ensino superior, como foi diagnosticado na pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Carolina Faria; SALES, Aline Pereira. DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR PARA ESTUDANTES DE ESCOLA PÚBLICA: um estudo na UFLA. **Revista pensamento contemporâneo em administração, RPCA**. Rio de Janeiro v. 6 n. 1 jan./mar. 2012 p. 55-71. Disponível em: <http://www.dae.ufla.br/pet/wp-content/uploads/2017/03/2011_ENGRP_OS-DESAFIOS-DO-ENSINO-SUPERIOR-1.pdf> Acesso em: 29/11/2017

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Do antropocentrismo ao mundo ecocêntrico**. 2012. Aparte Inclusão Social em Debate. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/>. Acesso em: 01 dez. 2017.

ALVES, Washington Lair Urbano. **A história da educação no Brasil: da Descoberta à Lei de Diretrizes e Bases de 1996**. São Paulo, 2009. (monografia) Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/47650.pdf>. Acesso em: 8/10/2017

AMARAL, Grazielle Alves; VIEIRA, Adriane. **A Mulher e a Tripla Jornada de Trabalho: a Arte de Ser Beija-Flor**. São Paulo, 2009.

ANDRADE, Luciana Teixeira; SILVEIRA, Leonardo Souza. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 381-402, maio-ago. 2013.

ANDREOTTI, Azilde L. O PROJETO DE ASCENSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA NA DÉCADA DE 1930. IN: José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani e Maria Isabel Sousa Nascimento (Org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas, São Paulo: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_023.html> Acesso: 8/10/2017.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARRAIS, Edilian. **A educação no realismo: o século do método**. (s.d) Disponível em: <<http://files.conteme.webnode.com/200000023.8bad28cac6/A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nas%20sociedades7.pdf>> Acesso em 10/12/2017.

_____. **A educação no renascimento: humanismo, reforma e contrarreforma**. (s.d) disponível em: <<http://files.conteme.webnode.com/200000020-44a2a459ec/A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nas%20sociedades6.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2017.

AVILA, Milene Peixoto. **“Periferia é periferia em qualquer lugar?” Antenor garcia: um estudo de uma Periferia Interiorana**. 2006 (dissertação)

BALTASAR, José Antônio; MORETTI, Lúcia Helena Tiosso. As relações familiares, a escola, e sua influência no desenvolvimento infantojuvenil e na aprendizagem. *Revista terra e cultura*, v 20, n.39, 2004.

BATISTA, Santos Dias; SOUZA, Alexandra Matos; OLIVEIRA, Julia Maria da Silva. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. *Revista Profissão docente*, v. 9 n. 19. 2009 Uberaba.

BEATRICI, Alexandra Ferronato; GALLINA, Franciele Silvestre. **Um olhar sobre a evasão escolar - do capital cultural à relação com o saber**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

BELISSE, Claudia Leila. **Atividade sexual precoce na adolescência: a importância da educação sexual nas escolas**. 2009.

BORGES, Virgínia Honorato Buffman. **A face política da evasão escolar**. 2015.

BORJA, Izabel Maria França de Souza; MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira. **Evasão escolar: desigualdade e exclusão social**, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura . In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p.45-72.

BOURDIEU, Pierre ; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes , 2014.

_____. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CABRAL, Carine Grazielle da Luz. **Evasão escolar: o que a escola tem a ver com isso?** 2017. Disponível em: < <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Carine.pdf>> Acesso em: 11/10/2017

CARVALHO, Célia Pezzolo de. **Ensino Noturno: realidade e ilusão**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, Marilei Bressani de; MATSUMOTO, Leopoldo Sussumu. **Gravidez na adolescência e a evasão escolar**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1868-8.pdf>> . Acesso em: 15 jun. 2017.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Pensamentos fundadores na educação religiosa do Brasil colônia. In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani; Maria Isabel Sousa Nascimento. **Navegando Pela História da Educação Brasileira**. Campinas, São Paulo: HISTEDBR, 2006.

_____. Igreja, educação e escravidão no Brasil colonial. *Politeia: Historia. e Sociologia*, Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 85-102, 2007.

CAVALCANTI, José. **A escola reproduz desigualdades sociais?** Pernambuco, 2015. Disponível em: <<http://www.creativante.com.br/download/A%20escola%20reproduz%20desigualdades%20sociais.pdf>> Acesso em: 09/09/2017.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar: causas e conseqüências.** 2008

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber, elementos para uma teoria.** 1. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

_____. **Fracasso Escolar.** 2011. Disponível: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2011/10/11-entrevista.pdf>>. Acesso em: 20/07/2017

COMÊNIO, João Amós. **Didática Magna: Tratado da Arte Universal de Ensinar tudo a todos.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/didaticamagna.pdf> > Acesso em: 19/11/2017.

COMIRAN, Gisele. **Crianças e adolescentes infrequentes na escola: desafios e limites dos mecanismos protetivos de direitos.** III Mostra da Pós-Graduação-PUCRS, 2008.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Educação x Escolarização.** Disponível em: <<http://jottaclub.com/2015/07/educacao-x-escolarizacao-mario-sergio-cortella/>> Acesso em: 10 ago. 2017

CRUZ, Jamile Campos da. O Trabalho doméstico ontem e hoje no Brasil: legislação, políticas públicas e desigualdade. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES.** v. 1, n. 1, 2011.

DINIZ, Carine Saraiva. **Evasão escolar no ensino médio: causas intraescolares na visão dos alunos.** Belo horizonte. 2015, dissertação.

ÉPOCA. **Violência atinge 42% dos alunos da rede pública.** 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/03/violencia-atinge-42-dos-alunos-da-rede-publica.html>> Acesso em: 13 mar. 2017.

FERREIRA Luiz Antonio Miguel. **Evasão escolar.** 2011. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>> Acesso em 13 maio 2017.

FONSECA, Sônia Maria. A HEGEMONIA JESUÍTICA (1549-1759). In: José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani e Maria Isabel Sousa Nascimento (Org.). **Navegando Pela História da Educação Brasileira**. Campinas, São Paulo. HISTEDBR, 2006, Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_arquivos.html> Acesso em: 4 out. 2017.

FRERES, Helena de Araújo; RABELO. Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **O papel da educação na sociedade capitalista: uma análise onto-histórica**. 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/932.pdf>> Acesso em: 07 nov. 2017

FURNO, Juliane da Costa. **O Trabalho das Mulheres: entre a produção e a reprodução social**. 2015. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Juliane%20Furno%209600.pdf> Acesso em: 17 nov. 2017.

GASPARIN, João Luis. **Uma didática para a pedagogia Histórico-Crítica**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. RJ: Jorge Zahar, 1997.

GUSSO, D. Repetência: a cruel enroscada da repetência: a hora de mudar tudo. *Revista Nova Escola*. n. 10, abr. 1998.

HIDALGO, Kênia Ribeiro da Silva. Fracasso escolar: uma violência simbólica na perspectiva sociológica de Bourdieu. 2014, Publ. UEPG *Ci. Soc. Apl.*, Ponta Grossa, v. 22, n. 2, p. 193 - 204, jul./dez. 2014. Disponível em:< <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Hora, Dayse Martins. Medicalização, escola nova e modernização da nação: 1930-1945. In: José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani e Maria Isabel Sousa Nascimento (Org.). **Navegando Pela História da Educação Brasileira**. Campinas, São Paulo. HISTEDBR, 2006.

JAEGER , Werner. Lugar dos gregos na historia da educação. In_____ **Paidéia a formação do homem grego**. São Pulo: Martins fontes, 1995, p. 3-22.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set./dez. 2006.

MARTINS, Maria Helena De Lima Gomes. **Motivação e desmotivação de alunos da rede pública: um olhar para relação na aprendizagem**. Campina Grande, 2016.

MENDONÇA, Carla Maria Costa de. **Evasão escolar: um estudo sobre este fenômeno na Escola Estadual Dona Alice Carneiro no Bairro Maráina, João Pessoa-PB**. 2014.

MUNIZ, Durval. **Cidadania, subalternidade e servilismo.** Disponível em: <<http://www.saibamais.jor.br/2017/09/10/cidadania-subalternidade-e-servilismo/>> Acesso em: 06 dez. 2017.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889). In: José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani e Maria Isabel Sousa Nascimento (Org.). **Navegando Pela História da Educação Brasileira.** Campinas, São Paulo. HISTEDBR, 2006.

NOGUEIRA Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE PIERRE BOURDIEU: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 78, Abril /2002.

_____. Um arbitrário cultural dominante. *Revista Educação*, São Paulo, v. 5, p.36-45, set. 2007.

OLIVEIRA, Lee Elvis Siqueira de; VOLPATO, Gildo. A influência do capital cultural e da violência simbólica na evasão. *Revista Contrapontos*, Itajaí, SC., v. 17, n. 1, p. 138-159, março 2017.

OLIVEIRA, Marilene N. de. **A educação no Renascimento.** 2008. Disponível em: <<http://mari-marineves.blogspot.com.br/2009/08/educacao-no-renascimento-educacao-na.html>> Acesso em: 10/11/17.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A educação através dos tempos.** 2010. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/173>>. Acesso em: 4/11/2017

_____. **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas.** 2005. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf> Acesso em 8 out. 2017.

PALOMARES, Denise Oliveira Amorim. **Educação: como a relação aluno-professor influencia na deficiência do aprendizado?** 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/gaes/pages/arquivos/GT3%20Artigo%20Denise%20Palomares%20Educacao%20com%20a%20relacao%20aluno%20professor.pdf>> _ Acesso em: 13 out. 2017.

PASSOS, Rubens F. **Evasão escolar e criminalidade.** Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/evasao-escolar-e-criminalidade/>> Acesso em 30 nov. 2017.

PEREIRA, Karla Cristina Prudente; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **A revolução francesa e as origens da escola pública.** Paraná, 2016. Disponível em: <http://www.canal6.com.br/x_sem2016/artigos/4A-07.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

RIBEIRO, Darci. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** São Paulo: Cia. das Letras. 1996.

RIBEIRO, Rudinei; SILVA, Edison. Os professores e a violência simbólica em Bourdieu: representações de professores da escola básica, finalidade da educação e violência escolar. 2011. **Anais X congresso Nacional de Educação – EDUCERE.**

SALDAÑA, PAULO. **Com evasão escolar empacada, país levaria 200 anos para incluir jovens.** Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/10/1927604-com-evasao-escolar-empacada-pais-levaria-200-anos-para-incluir-jovens.shtml>> Acesso em: 4 nov. 2017.

SANTOS, Marcos Pereira dos. A pedagogia filosófica do movimento iluminista no século XVIII e suas repercussões na educação escolar contemporânea: uma abordagem histórica. *Imagens da Educação*, v. 3, n. 2, p. 1-13, 2013.

SCHNEIDER, Cátia Regina de Oliveira. **A educação na idade média.** 2007. Disponível em : <<http://www.fernandosantiago.com.br/edumedia.pdf> >. Acesso em: 8 nov. 2017.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira.** 2006. In: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html> Acesso em: 4 out. 2017.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educ. rev.* 2008, n.31, p.169-189.

SOUZA, Michel Aires. **Bourdieu e Jacotot:** educação para emancipação intelectual. Disponível em: <<https://filosofonet.wordpress.com/2012/09/28/bordieu-e-jacotot-educacao-para-emancipacao-intelectual/>> Acesso em: 28 nov. 2017

TAVARES ,Ane Deise de Menezes ; BARBOSA, Rochele Bezerra. A mulher e a tripla jornada de trabalho: como esta mulher vivencia as atividades profissional, familiar e doméstica? *Revista Psicologia em Foco*, vol. 5, n. 1, jan./jun. 2015.

TERRIBELLE, Alexssandra de Oliveira. **Juventude, trabalho e ensino noturno:** um estudo sobre os jovens da periferia de Goiânia. Goiânia, 2006 (Dissertação).

VALLE, Ione Ribeiro. Porque ler Os Herdeiros meio século depois? In: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude **Os herdeiros:** os estudantes e a cultura. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

APÊNDICES

Questionário sociológico/ Evasão escolar

Escola Centro de Ensino Paulo Freire

Aluno (a) N° _____

Idade: _____ sexo _____

Naturalidade _____ profissão: _____

Dados pai e mãe:

Naturalidade mãe _____ pai _____

Escolarização mãe: _____ Pai: _____

Pública () Privada ()

Pública () Privada ()

Profissão mãe _____ pai _____

Aluno (a) dados escolar:

Ensino fundamental:

Pública () Privada () Todo na mesma escola () Em parte ()

Ensino médio:

Qual escola 1º ano _____ Pública () Privada ()

Qual escola 2º ano _____ Pública () Privada ()

Qual escola 3º ano _____

Quais eram suas dificuldades em permanecer na escola?

Tem histórico de repetência?

Já morou em outras cidades? Se sim, aonde? _____

Reside em qual bairro atualmente? _____

Você tem enfrentado dificuldades por não ter terminado os estudos?

Quais suas fontes de leituras?
